



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior

Avenida Vicente Simões, 1111 – Bairro Nova Pousa Alegre – 37553-465 - Pousa Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 094/2018, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Segurança do Trabalho – Campus Machado.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelo Decreto de 23 de julho de 2018, DOU nº 141/2018 – seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais em reunião realizada na data de 20 de dezembro de 2018, **RESOLVE:**

Art.1º – Aprovar a alteração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Segurança do Trabalho – Campus Machado.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pousa Alegre, 20 de dezembro de 2018.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS



Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Rossieli Soares da Silva

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Romero Portella Raposo Filho

REITOR DO IFSULDEMINAS
Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Flávio Henrique Calheiros Casimiro

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Giovane José da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Sindynara Ferreira

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Marcelo Bregagnoli

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Carlos Henrique Rodrigues Reinato, João Paulo de Toledo Gomes, João Olympio de Araújo Neto, Renato Aparecido de Souza, Mariana Felicetti Rezende, Luiz Flávio Reis Fernandes, Thiago Caproni Tavares

Representante do Ministério da Educação

Eduardo Antônio Modena

Representantes do Corpo Docente

Selma Gouvêa de Barros, Pedro Luiz Costa Carvalho, Carlos Alberto Machado Carvalho, Beatriz Glória Campos Lago, Jane Piton Serra Sanches, Lucas Barbosa Pelissari, Fernando Carlos Scheffer Machado

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

Priscilla Lopes Ribeiro, Matheus Borges de Paiva, Marcelo Rodrigo de Castro, João Alex de Oliveira, Rafael Martins Neves, Wanúcia Maria Maia Bernardes Barros, Mayara Lybia da Silva, Mônica Ribeiro de Araújo

Representantes do Corpo Discente

Ana Paula Carvalho Batista, Maria Alice Alves Scalco, Renan Silvério Alves de Souza, Matheus José Silva de Sousa, Flávio Oliveira Santos, Oseias de Souza Silva, Felícia Erika Nascimento Costa

Representantes dos Egressos

César Augusto Neves, Keniara Aparecida Vilas Boas, Isa Paula Avelar Rezende, Rodrigo da Silva Urias

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno, Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Clemilson José Pereira, Teovaldo José Aparecido

Representantes do Setor Público ou Estatais

Cássio Antônio Fernandes
Mauro Fernando Rego de Mello Junior

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO
SUL DE MINAS GERAIS
Diretores Gerais dos Campi**

Campus Inconfidentes

Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho

Renato Aparecido de Souza

Campus Passos

João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas

Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre

Mariana Felicetti Rezende

Campus Avançado Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado Três Corações

Francisco Vítor de Paula

COORDENADOR DO CURSO

Ademir Duzi Moraes

Equipe responsável pela revisão do Projeto Pedagógico do Curso

NOME	TITULAÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Ademir Duzi Moraes	Mestrado	Segurança do Trabalho
Glazer de Freitas Scalco	Especialização	Higienista Ocupacional
Tamires Galvão Tavares Pereira	Mestrado	Segurança do Trabalho
Mauricio Thales de J. A. Junior	Especialização	Segurança do Trabalho

Pedagogas

Erlei Clementino dos Santos

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	8
1.1. IFSULDEMINAS - Reitoria.....	8
1.2. IFSULDEMINAS – Entidade Mantenedora	8
1.3 IFSULDEMINAS - Campus Machado.....	8
2. DADOS GERAIS DO CURSO	9
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS.....	11
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS	13
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO	14
6. JUSTIFICATIVA	14
7. OBJETIVOS	17
7.1. Objetivo geral.....	17
7.2. Objetivos específicos	18
8. FORMAS DE ACESSO	19
9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO	20
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
10.1. Atividades de ensino, pesquisa e extensão.....	23
10.2 Representação gráfica do perfil de formação	24
10.3. Matriz Curricular.....	25
10.4 Critérios para cursar a disciplina optativa	26
11.0. EMENTÁRIO.....	27
12.0. METODOLOGIA	45
13. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR	46
13.1. Estágio Supervisionado (obrigatório)	46
13.2. Atividades Complementares (obrigatório)	47
14. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	48
14.1. Da Frequencia.....	48
14.2. Da verificação do rendimento escolar e da aprovação.....	49
14.3. Do Conselho de Classe	52
14.4. Terminalidade específica e flexibilização curricular	52
14.4.1. Terminalidade específica	53
14.4.2. Flexibilização curricular.....	54
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PPC	55
16. APOIO DO DISCENTE.....	56
16.1. Atendimento a pessoa com deficiência ou transtornos globais.....	59
16.2. Educação ambiental	60
17. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	60
18. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	61
19. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO.....	62
19.1. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente.....	63
19.2. Atuação do coordenador de curso.....	64
20. INFRAESTRUTURA.....	66
20.1. Salas de Aulas	66
20.2. Biblioteca	66
20.3. Laboratórios específicos.....	67
20.3.1. Informática.....	67
20.3.2. Biotecnologia.....	68
20.3.3 Segurança do Trabalho.....	68
21. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	70
22. CONSIDERAÇÕES FINAIS - Casos omissos.....	70
23. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

LISTA DE QUADROS

- ✓ Quadro 1 – Identificação do IFSULDEMINAS;
- ✓ Quadro 2 – Identificação da entidade mantenedora;
- ✓ Quadro 3 – Identificação do Campus Machado;
- ✓ Quadro 4 – Resumo dos critérios para efeito de aprovação.

LISTA DE TABELAS

- ✓ Tabela 1 – Apresentação do curso;
- ✓ Tabela 2 – Matriz curricular do curso;
- ✓ Tabela 3 – Descrição dos docentes;
- ✓ Tabela 4 – Descrição de apoio administrativo
- ✓ Tabela 5 – Descrição dos equipamentos.

LISTA DE FIGURAS

- ✓ Figura 1 – Representação gráfica do perfil de formação.

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto					CNPJ	
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais					10.648.539/0001-05	
Nome do Dirigente						
MARCELO BREGAGNOLI						
Endereço do Instituto				Bairro		
Avenida Vicente Simões, 1.111				Nova Pousa Alegre		
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail	
Pouso Alegre	MG	37550-000	(35) 3449-6150	(35) 3449-6150	reitoria@ifsuldeminas.edu.br	

Quadro 1 - Identificação do IFSULDEMINAS

1.2 Entidade Mantenedora

Nome da Entidade Mantenedora					CNPJ	
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC					00.394.445/0532-13	
Nome do Dirigente						
Eline Neves Braga Nascimento						
Endereço da Entidade Mantenedora				Bairro		
ESPLANADA DOS MINISTÉRIO BLOCO L , 4º ANDAR – ED. SEDE				ASA NORTE		
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail	
BRASILIA	DF	70047-902	61 2022-8597		setec@mec.gov.br	
Denominação do Instituto (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia)						
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais						

Quadro 2 – Identificação da entidade mantenedora

1.3 IFSULDEMINAS – Campus Machado

Nome do Local de Oferta					CNPJ	
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus Machado					10.648.539/0003-77	
Nome do Dirigente						
Carlos Henrique Rodrigues Reinato						
Endereço do Instituto				Bairro		
Rodovia Machado Paraguaçu – Km 3				Santo Antônio		
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail	
Machado	MG	37.750-000	(35)3295-9700	(35)3295-9709	carlos.reinato@ifsuldeminas.edu.br	

Quadro 3 - Identificação do Campus Machado

2. DADOS GERAIS DO CURSO

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho, modalidade subsequente, presencial, ofertado pelo IFSULDEMINAS – Campus Machado está estruturado de forma a contemplar as competências gerais do Eixo Tecnológico Segurança, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação de 2016.

O eixo tecnológico de SEGURANÇA compreende tecnologias relacionadas à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio. Abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência e tecnologia e inovação; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; cidadania e direitos humanos; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

A base de conhecimentos científicos e tecnológicos do curso é composta por Conteúdos de Formação Básica, Formação Profissional, Estudos Quantitativos, Formação Complementar e Estágio Supervisionado, perfazendo uma carga horária total de 1.500 horas, com duração de 4 semestres, no período noturno, conforme edital do processo seletivo.

O profissional poderá atuar em diversas áreas de uma empresa, como por exemplo: Indústrias, hospitais, comércios, construção civil, portos e aeroportos, centrais de logística, instituições de ensino, fabricação e representação de equipamentos de segurança, empresas e consultorias para capacitações em segurança do trabalho.

Nome do Curso:	<i>Técnico em Segurança do Trabalho</i>
Eixo:	<i>Segurança</i>
Tipo:	<i>Técnico Subsequente</i>
Modalidade:	<i>Presencial</i>
Local de funcionamento	<i>Machado</i>
Ano de implantação:	<i>2001</i>
Habilitação:	<i>Técnico em Segurança do Trabalho</i>
Endereço de Oferta:	<i>Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus Machado</i>
Turno de funcionamento:	<i>Noturno</i>
Número de vagas:	<i>50 vagas</i>
Periodicidade de oferta:	<i>Anual</i>
Forma de ingresso:	<i>Vestibular/edital</i>
Requisitos de acesso:	<i>Ensino médio concluído</i>
Duração do curso:	<i>2 anos</i>
Tempo de integralização	<i>4 anos</i>
Estágio supervisionado:	<i>Obrigatórios – 200 horas</i>
Carga horária disciplinas	<i>1.200 horas</i>
Carga horária At. Compl.	<i>100 horas</i>
Carga horária total:	<i>1.500 horas</i>

Tabela 1 – Apresentação do curso

Ato Autorizativo:

Portaria de reconhecimento:

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior, e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional. A instituição se organiza como autarquia educacional multicampus, com proposta orçamentária anual para cada campus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica. Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma:

- Campus de Inconfidentes;
- Campus de Machado
- Campus de Muzambinho
- Campus de Passos
- Campus de Poços de Caldas
- Campus de Pouso Alegre
- Campus avançado de Carmo de Minas
- Campus avançado de Três Corações
- Reitoria em Pouso Alegre

A estrutura multicampus começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em campus Inconfidentes, campus Machado e campus Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria fica, desde então, em Pouso Alegre. Em 2009, estes três campis iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos campis Passos, campus Poços de Caldas e campus Pouso Alegre. Em 2013, foram criados os campis avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos os campis avançados derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito das águas mineiro, que fora protocolada no Ministério da Educação, em 2011, como região prioritária da expansão.

Compete aos campi prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos campi.

A Reitoria comporta cinco pró-reitorias:

- Pró-Reitoria de Ensino
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade. As outras duas pró-reitorias – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho.

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Machado foi inaugurado oficialmente como Escola de Iniciação Agrícola de Machado em 03 de julho de 1957. Pelo Decreto nº 53.558 de 14 de fevereiro de 1964, foi transformado em Ginásio Agrícola de Machado e, pelo Decreto nº 83.935 de 04 de setembro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Machado.

O IFSULDEMINAS - Campus Machado, atento às transformações do mundo moderno, aos novos paradigmas da Educação Nacional e às crescentes exigências do mundo do trabalho, oferece aos seus alunos formação permanente, para aquisição de competências e habilidades do aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver no mais amplo sentido do desenvolvimento pessoal, social e profissional.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Machado foi inaugurado oficialmente como Escola de Iniciação Agrícola de Machado em 03 de julho de 1957. Pelo Decreto nº 53.558 de 14 de fevereiro de 1964, foi transformado em Ginásio Agrícola de Machado e, pelo Decreto nº 83.935 de 04 de setembro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Machado.

O IFSULDEMINAS - Campus Machado, atento às transformações do mundo moderno, aos novos paradigmas da Educação Nacional e às crescentes exigências do mundo do trabalho, oferece aos seus alunos formação permanente, para aquisição de competências e habilidades do aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver no mais amplo sentido do desenvolvimento pessoal, social e profissional.

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

Com a globalização, a concorrência acirrada e o excesso de informações, a administração tornou-se sinônimo de sobrevivência para as empresas que precisam estar à frente no seu mercado consumidor. Para manter-se viva dentro desse mercado competitivo e inovador, as empresas buscam, cada vez mais, obter um diferencial, que poderá ser alcançado por meio de uma boa administração na área de segurança e saúde do trabalho.

Dessa forma, a estrutura curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho contempla disciplinas e atividades que visem dar suporte para que o futuro profissional possa atuar em organizações que estão inseridas neste mundo globalizado.

O curso de Técnico em Segurança do trabalho do IFSULDEMINAS, Campus Machado, visa transformar as teorias e práticas vistas nos componentes curriculares, em soluções que possam contribuir com a melhoria dos controle, produtividade e segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos nas empresas, além de dar suporte técnico a administração empresarial. O curso possui ênfase nas áreas de gestão de pessoas, processos e produtos, legislação, com as quais o profissional certamente auxiliará na obtenção de resultados positivos e na eficiência e eficácia operacional.

6. JUSTIFICATIVA

Com o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, à crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e à formação de blocos econômicos regionais, a busca de eficiência e de competitividade industrial, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho, são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho, conseqüentemente, estas demandas impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos.

Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho.

Percebe-se, entretanto, na realidade brasileira um déficit na oferta de educação profissional, uma vez que essa modalidade de educação de nível médio deixou de ser oferecida nos sistemas de ensino estaduais com a extinção da Lei nº 5.962/71. Desde então, a educação profissional esteve a cargo da rede federal de ensino, mas especificamente das escolas técnicas, agro técnicas, centros de educação tecnológica, algumas redes estaduais e nas instituições privadas, especificamente, as do Sistema “S”, na sua maioria, atendendo as demandas das capitais.

A partir da década de noventa, com a publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, passa a ter um espaço delimitado na própria lei, configurando-se em uma modalidade da educação nacional. Mais recentemente, em 2008, as instituições federais de educação profissional, foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de EPT, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Portanto, tem sido pauta da agenda de governo como uma política pública dentro de um amplo projeto de expansão e interiorização dessas instituições educativas.

No Sul de Minas, as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de ensino médio e técnico foram unificadas. Nasce assim o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

Atualmente o IFSULDEMINAS oferece cursos de ensino médio integrado, técnico, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, especialização, pós-graduação e cursos de Educação a Distância. Além dos campi de Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Três Corações, Carmo de Minas e Passos o IFSULDEMINAS tem Unidades Avançadas e Polos de Rede nas cidades da região.

A Reitoria interliga toda a estrutura administrativa e educacional dos campi. Sediada em Pouso Alegre, sua estratégica localização, permite fácil acesso aos campi e unidades do IFSULDEMINAS. A missão do Instituto é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o

desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

Nesse sentido, o IFSULDEMINAS ampliou sua atuação em diferentes municípios do estado de Minas Gerais, com a oferta de cursos em diferentes áreas profissionais, conforme as necessidades locais.

No âmbito do estado de Minas Gerais, a oferta do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, na modalidade presencial, busca atender à demanda de mão de obra qualificada para os diversos setores produtivos, contribuindo assim, para o desenvolvimento de uma cultura preventiva de Segurança e Saúde no ambiente laboral.

As várias formas de exploração do trabalhador, como se sabe, têm sido continuamente praticadas pelos empregadores desde antes da revolução industrial, em detrimento dos trabalhadores.

A questão acidentária laboral alcança contornos especiais face aos elevados índices de sua ocorrência. A conjugação de três fatores: absoluta e única priorização do incremento da produtividade por parte do Empregador; o despreparo técnico e cultural da grande maioria dos empregados brasileiros e a falta de uma política social consistente e racional por parte do Governo, que privilegie a prevenção dos infortúnios laborais, tem sido o tripé que, ao longo dos anos, dá a incômoda posição de destaque no ranking mundial dos acidentes do trabalho.

De igual maneira, sabe-se que a ocorrência de acidentes do trabalho, neles inclusos não só a modalidade típica, como também as manifestações de doenças profissionais e do trabalho, produz consequências negativas nos mais variadas segmentos envolvidos na relação trabalhista: empregado, empregador, governo, família e sociedade. Ditos prejuízos podem ser representados da forma seguinte. Para Empresa: perda de tempo útil na produção, danificação de máquinas e equipamentos, gastos com treinamento de substitutos de acidentados, etc. Para o Trabalhador: redução salarial enquanto estiver percebendo benefício previdenciário, perda de membro ou órgão funcional, sofrimentos físico, mental e psicológico, desajuste familiar decorrente da perda do Chefe da Família ou sua invalidez, diminuição no orçamento familiar, etc. Para o Governo: despesas com atendimento médico-hospitalar, transporte de acidentados, remédios, reabilitação profissional, pagamento de benefícios previdenciários diversos: auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, etc. Para a sociedade o prejuízo além da imoralidade dos acidentes e doenças, também fica o ônus, isto devido ao fato do governo ser apenas o gestor

de nossos impostos pagos. Em síntese, prevenir acidentes do trabalho é um imperativo legal, além de se constituir num dever social.

Nessa perspectiva, o IFSULDEMINAS propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma Subsequente, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Segurança do Trabalho, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1 Objetivo Geral:

Formar profissionais - cidadãos técnicos de nível médio na área de Segurança do Trabalho, nos termos da legislação vigente, para no âmbito dos Setores Produtivos e de Serviços, desempenhar atividades de prevenção de acidentes do trabalho, neles inclusos as doenças profissionais e do trabalho, através de ações e programas específicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro, e propiciando a diminuição do custo social decorrente dos infortúnios laborais, capacitando profissionais para desenvolver ações de prevenção e controle de riscos ambientais em ambientes de trabalho e nas atividades laborais dos setores produtivos da sociedade, visando à redução ou eliminação dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, conforme os pressupostos legais da legislação trabalhista, prevenção e promoção de segurança, atuando de forma decisiva no campo da preservação da integridade física do trabalhador, da segurança no local de trabalho, no controle de riscos profissionais e na melhoria das condições de trabalho para aumento de eficiência e produtividade da empresa onde trabalhar.

7.2 Os objetivos específicos:

- ✓ promover habilidades para que o alunado seja eficiente em planejar, implantar, gerenciar, e controlar riscos ambientais, a partir de uma análise dos ambientes de trabalho e ocupações de uma forma geral;
- ✓ exaltar as características de interdisciplinaridade da área, orientando o alunado sobre a importância de uma consciência crítica e orgânica dos ambientes laborais;
- ✓ desenvolver no alunado a responsabilidade com a preservação ambiental;
- ✓ conscientizar o alunado da importância do fator da prevenção e controle dos riscos em ambientes de trabalho, mas habilitá-lo para agir diante de situações emergenciais com ações positivas de solução imediata e eficiente;
- ✓ capacitar o alunado para atividades práticas de elaboração de planos, com visitas a melhorias das condições técnico-organizacionais no trabalho;
- ✓ apresentar aos alunos conceitos e normas referentes à segurança no trabalho, a partir de estudos de casos;
- ✓ preparar profissionais capazes de trabalhar em equipe, solucionar problemas em grupo, compartilhar responsabilidades e enfrentar desafios;
- ✓ Incentivar a reflexão crítica, o empreendedorismo e o relacionamento social cooperativo, aspectos essenciais à atuação na sociedade dos futuros profissionais.
- ✓ contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade;
- ✓ estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho;
- ✓ possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica,
- ✓ relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- ✓ aplicar as Normas Regulamentadoras no Ambiente Laboral;
- ✓ avaliar os Riscos Ambientais;
- ✓ acompanhar o desenvolvimento de Programas Ambientais;
- ✓ desenvolver treinamentos de Segurança de Saúde do Trabalhador nas Empresas;
- ✓ fomentar a cultura de prevenção e saúde no trabalho;

- ✓ atender a demanda regional apresentada e solicitações de representantes da sociedade e empresas da região do Sul de Minas Gerais e do seu entorno, visando à manutenção da oferta de emprego na região, formando Técnicos em Segurança do Trabalho, cuja habilitação faz-se necessária para que as empresas atendam as exigências legais.

8. FORMAS DE ACESSO

Através de processo seletivo, mediante edital específico, onde estão aptos aqueles que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.

Por transferência, havendo vagas disponíveis, mediante Edital específico ou, na sua ausência, concordância por parte da Coordenação Geral de Ensino e da Coordenação do Curso, desde que cursando o mesmo curso e modalidade presencial, reconhecido pelo MEC, se houver vaga e compatibilidade de Matriz Curricular para o caso de habilitação.

Para inscrição no processo seletivo, o candidato deverá apresentar os documentos solicitados em edital que irá descrever, entre outras informações, os requisitos de inscrição, turno, duração e número de vagas do curso, data, hora, local de realização das provas e os critérios de aprovação e classificação. O Manual do Candidato, além de todas as informações contidas no edital, apresentará instruções explícitas sobre o programa das provas (abordando as disciplinas e itens do conteúdo) e as informações sobre data, horário e documentos necessários para o procedimento de matrícula.

A matrícula ou rematrícula - que é o ato pelo qual o discente vincula-se ao IFSULDEMINAS, deverá ser efetuada de acordo com a norma interna empregada pelo câmpus. A matrícula será feita pelo discente ou seu representante legal, se menor de 18 anos e deverá ser renovada a cada semestre letivo regular. O candidato com direito a matrícula deverá efetuar-la no prazo previsto pelo edital do processo seletivo. No ato da rematrícula, o discente não poderá estar em débito com a biblioteca ou qualquer outro material/documento da ou para a instituição.

O discente com direito a rematrícula que deixar de efetuar-la dentro dos prazos previstos deverá justificar o fato a Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) ou Secretaria de Registros Escolares (SRE), até sete dias úteis após a data estabelecida, sem o que será

considerado desistente, perdendo sua vaga.

O reingresso é facultado apenas aos alunos que fizeram o trancamento da matrícula solicitado na Secretaria Escolar, conforme prazos e formalidades constantes em regulamento próprio do Campus.

O trancamento de matrícula poderá ser realizado, e somente poderá ser reaberto, enquanto o campus Machado estiver oferecendo o curso. É proibido o trancamento de matrícula no 1º módulo. Observar calendário acadêmico quanto aos prazos.

O discente poderá ser dispensado de cursar disciplinas que já tenha cursado em cursos Técnicos de outra Instituição, desde que os conteúdos, carga horária e as metodologias desenvolvidas sejam julgados equivalentes aos do curso Técnico em segurança do trabalho do campus Machado, observando-se a organização curricular do mesmo, conforme parecer do Conselho Nacional de Educação. Para verificação da compatibilidade curricular, o campus Machado deverá exigir o Histórico Escolar, a Estrutura ou Matriz Curricular, bem como os Programas de Ensino desenvolvidos no estabelecimento de origem que deverão ser encaminhados à secretaria escolar.

9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Campus Machado desenvolve prática pedagógica que permite ao profissional aqui formado, enfrentar o mundo do trabalho com subsídios tais como: saber lidar com pessoas, planejar, organizar e monitorar atividades, ter boa formação cultural, estar atento às mudanças, ser idôneo e dinâmico, ter bom senso, interesse e assiduidade.

Considerando as atividades peculiares à área, o aluno deverá alcançar as competências relacionadas a seguir:

- ✓ Estar apto a identificar os riscos nos ambientes de trabalho e executar procedimentos e técnicas a fim de eliminar e ou neutralizar os possíveis agentes que podem provocar acidentes, lesões e ou doenças relacionadas ao trabalho.
- ✓ Analisar procedimentos de rotina, indicar medidas e sistemas de proteção coletiva e equipamentos de proteção individual.

- ✓ desenvolver trabalho em equipe, integrando conhecimentos das competências adquiridas, tendo em vista o caráter interdisciplinar da área;
- ✓ conhecer, interpretar e aplicar os dispositivos jurídicos de segurança e saúde no trabalho;
- ✓ realizar primeiros socorros em situações de emergência;
- ✓ conhecer os fundamentos de prevenção das doenças e acidentes do trabalho;
- ✓ Coletar dados e informações capazes de identificar os locais de riscos de acidentes pessoais e materiais, visando à implantação de mecanismos que corrijam as deficiências de máquinas, equipamentos de organização de trabalho, reduzindo assim a possibilidade de interrupção da linha produtiva por eventual ocorrência de acidente de trabalho.
- ✓ Elaborar planos, instrumentos de avaliação, programas de segurança, normas e regulamentos internos.
- ✓ Desenvolver programas de integração prevencionista, palestras, cursos para a redução dos acidentes, e controle de sinistros, e ainda para a melhoria das relações interpessoais e de produtividade nos ambientes de trabalho.
- ✓ Estabelecer com os trabalhadores e chefias, procedimentos que permitam a atuação conjunta, entre os diversos setores, frente aos acidentes de trabalho e sinistros.
- ✓ Divulgar conhecimentos sobre as necessidades da segurança em benefício do desenvolvimento dos trabalhadores e da empresa
- ✓ Identificar agentes ambientais agressivos ao trabalhador propondo sua eliminação ou controle.

O perfil do Técnico em Segurança do Trabalho dirige-se a um profissional que associa, em suas funções, atividades laborais definidas e outras que se destacam, cada vez mais, nas suas atribuições diárias, como políticas de saúde e segurança e de auditoria. Além dessas atribuições o técnico responderá individualmente, ou em equipes formadas por profissionais de diversas áreas, principalmente a da saúde, buscando através de instrumentos e potencialidades específicos, a melhoria das condições de vida da sociedade.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Resolução CNE/ CEB nº 04 de 06 de junho de 2012, que trata da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político-Pedagógico do IFSULDEMINAS.

Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº. 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB nº. 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial nº. 870/2008. Atualizado pela Resolução CNE/CEB nº de 2016, que trata da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime modular semestral, e com uma carga-horária total de 1.500, sendo 1.200 horas destinadas às disciplinas de bases científica e tecnológica, 300 horas destinados à prática profissional, sendo 100 horas ao atividades complementares (obrigatório) e 200 horas ao estágio supervisionado (obrigatório).

As disciplinas que compõem a matriz curricular deverão estar articuladas entre si, fundamentadas nos conceitos de interdisciplinaridade e contextualização. Orientar-se-ão pelos perfis profissionais de conclusão estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso, ensejando a formação integrada que articula ciência, trabalho, cultura e tecnologia, assim como a aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos do eixo tecnológico e da habilitação específica, contribuindo para uma sólida formação técnico-humanística dos estudantes.

A interdisciplinaridade é promovida por meio de:

- ✓ Orientação de iniciação às práticas desenvolvidas na área. destinado a fazer com que os alunos consigam ver como que na vida real das organizações se aplica aquilo que é

trabalhado conceitualmente em sala de aula ou destinado a simular a aplicação desses conhecimentos;

- ✓ Trabalho de Curso;
- ✓ E disciplinas que envolvem conhecimento multidisciplinar, tais como: introdução a segurança do trabalho, higiene ocupacional I e II, segurança do trabalho I e II, gerenciamento de riscos, legislação, estágio supervisionado I e II, saúde ocupacional I e II, instrumentação e medição técnica, prevenção e combate à incêndio, entre outras.

10.1 Atividades de Ensino, pesquisa e extensão

As ações de pesquisa do IFSULDEMINAS constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social. Têm como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas ações de apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, enseja a relação transformadora entre o IFSULDEMINAS e a sociedade. Compreende ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvam as comunidades interna e externa. As ações de extensão são uma via de mão dupla por meio da qual a sociedade é beneficiada com a aplicação dos conhecimentos dos docentes, discentes e técnico-administrativos e a comunidade acadêmica constrói novos conhecimentos para a constante avaliação e promoção do ensino e da pesquisa.

Deve-se considerar, portanto, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento regional sustentável como tarefas centrais a serem cumpridas, atentando para a diversidade cultural e defesa do meio ambiente, promovendo a interação do saber acadêmico e o popular. São exemplos de atividades de extensão: eventos, palestras, cursos, projetos, encontros, visitas técnicas, entre outros.

10.2 Representação gráfica do perfil de formação

O Curso Técnico em segurança do trabalho é composto por quatro módulos, cada qual com o seu núcleo de conhecimentos específicos, como mostra a figura 1 abaixo:

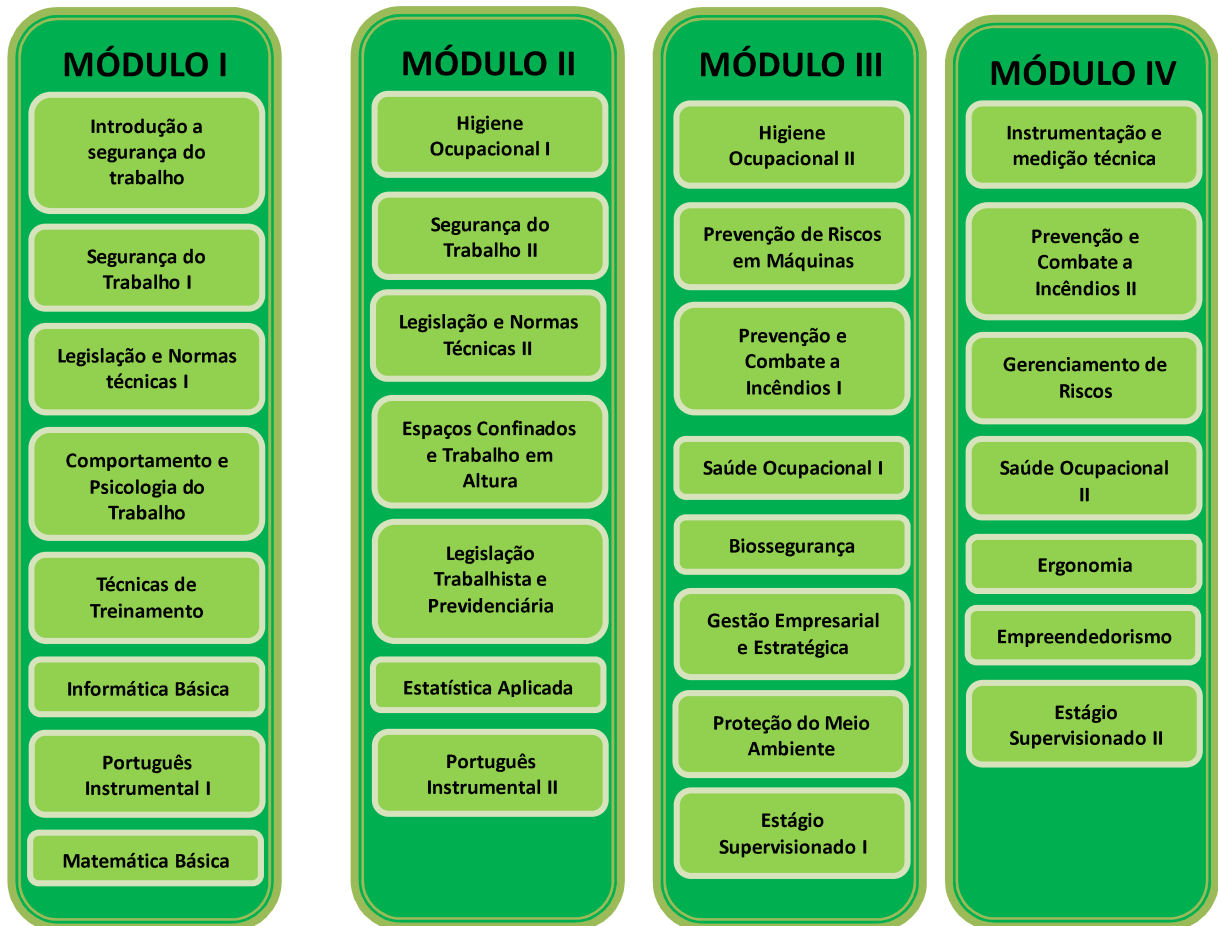


Figura 1 - Representação gráfica do perfil de formação

10.3 Matriz curricular

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – MODALIDADE SUBSEQUENTE					
1º Semestre – Módulo I					
Componente curricular	Aulas semanais	Aulas semestral	CH semestral Horas	Aulas práticas	Aulas teóricas
Introdução a Segurança do Trabalho	3	60	48	8	40
Segurança do Trabalho I (Trânsito/Construção Civil/Domésticos)	2	40	32	0	32
Legislação e Normas Técnicas I	3	60	48	0	48
Comportamento e Psicologia do Trabalho	2	40	32	0	32
Técnicas de Treinamento	2	40	32	0	32
Informática Básica	3	60	48	24	24
Português Instrumental I	3	60	48	0	48
Matemática Básica	2	40	32	0	32
Carga horária	20	400	320	32	288
2º Semestre- Módulo II					
Higiene Ocupacional I (Químicos/Biológicos)	3	60	48	18	30
Segurança do Trabalho II (Rural/Insp. Inv Acid./Riscos de acidentes)	2	40	32	0	32
Espaços Confinados e Trabalho em Altura	3	60	48	30	18
Legislação e Normas Técnicas II	3	60	48	0	48
Legislação Trabalhista e Previdenciária	3	60	48	0	48
Estatística Aplicada	2	40	32	0	32
Português Instrumental II	3	60	48	0	48
Carga horária	19	380	304	48	256
3º Semestre- Módulo III					
Higiene Ocupacional II (Físicos)	3	60	48	18	30
Prevenção de Riscos em Máquinas	3	60	48	0	48
Prevenção e Combate a Incêndios I	2	40	32	10	22
Saúde Ocupacional I	3	60	48	0	48
Biossegurança	2	40	32	10	22
Gestão Empresarial e Estratégica	2	40	32	0	32
Proteção do Meio Ambiente	2	40	32	0	32
Estágio Supervisionado I	1	20	16	0	16
Carga horária	18	360	288	38	250
4º Semestre- Módulo IV					
Instrumentação e Medição Técnica	3	60	48	36	12
Prevenção e Combate a Incêndios II	2	40	32	22	10
Gerenciamento de Riscos	3	60	48	0	48
Saúde Ocupacional II	3	60	48	36	12
Ergonomia	3	60	48	0	48
Empreendedorismo	2	40	32	0	32
Estágio Supervisionado II	2	40	32	0	32
Carga horária	18	360	288	94	194
SUB TOTAL DAS DISCIPLINAS					1200
Estágio Supervisionado Obrigatório	-	-	-	-	200
Atividades Complementares Obrigatórias	-	-	-	-	100
Disciplina Optativa (LIBRAS)	-	-	-	-	30
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO	-	-	-	-	1530

CH – Carga Horária

Tabela 2 – Matriz curricular do curso

Além das disciplinas obrigatórias, o aluno pode cursar a disciplina Língua Brasileira de Sinais - Libras, com carga horária de 30 horas, ofertada no semestre seguinte. A sua opção que deve ser feita no momento da matrícula ou rematrícula e desde que os pré-requisitos sejam respeitados caso existam. A matrícula restringe-se a disponibilidade de vagas em oferta, tendo em vista que a disciplina é também oferecida por outras áreas.

10.4 Critérios para cursar a disciplina optativa

Para ter o direito de cursar a disciplina optativa, o aluno não poderá estar em débito com mais de 2 (duas) as disciplinas obrigatórias do curso, nas quais tenha sido reprovado anteriormente e estar em dia com o cumprimento do estágio obrigatório.

- a) A disciplina de Libras será ofertada nos cursos regulares já existentes no Campus Machado;
- b) A matrícula na disciplina ocorrerá mediante disponibilidade de vagas e caso haja número de interessados que supere o limite de vagas, os alunos serão selecionados considerando:
 - I) maior média ponderada geral no curso;
 - II) maior nota final na disciplina pré-requisito (se for o caso).

11. EMENTÁRIO

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	1º
Disciplina:	<i>Introdução à Segurança do Trabalho</i>	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

Normas pertinentes; Conceitos de acidentes e doenças do trabalho; Atos e condições inseguras; consequências dos acidentes e doenças do trabalho; Riscos ambientais (químico, físico, biológico, ergonômico, mecânico ou de acidentes); Inspeção de segurança; Insalubridade e periculosidade; conceito de ergonomia e trabalho; Uso adequado dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC); Apresentar Perfil profissiográfico previdenciário; Programa de prevenção de riscos ambientais; Luto técnico das condições ambientais do trabalho. Teoria de heinrich (teoria dominó). Os trabalhadores e a história do prevencionismo. Histórico da segurança e medicina do trabalho. Estatísticas CAT – comunicação de acidentes do trabalho. Prejuízos causados pelos acidentes e doenças do trabalho. Atividades e atribuições do técnico em segurança do trabalho. Aula prática com equipamentos de proteção individual.

Bibliografia Básica

GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.
ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.
SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.

Bibliografia Complementar

CAMPOS. A. et al Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. São Paulo; editora Senac Pão Paulo, 2006.
ABRANTES, A. F. Atualidades em ergonomia – Logística, movimentação de materiais, engenharia industrial, escritórios. São Paulo: IMAM, 2004.
SALIBA, T. M., et al. Higiene do trabalho e PPRA. São Paulo: LTr, 1997.
PEPLOW, Luiz Amilton. Segurança do trabalho. Curitiba: Base, 2010.
BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Segurança do trabalho: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2012.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		
Disciplina:	Segurança do Trabalho I	Módulo:	1º
Carga Horária:	32 horas	Aulas Semanais	2

EMENTA

Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997 (Institui o Código de Trânsito Brasileiro) e suas atualizações. Resolução nº 160/04-CONTRAN. Técnicas de direção defensiva. Estatísticas do trânsito. Estatísticas do Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAN / DENATRAN. Estatísticas do Sistema RENACH Ministério da Justiça, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito e Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRAN. Introdução; definições fundamentais; princípio fundamental da teoria da construção; classificação das construções; fases da construção; instalações prediais; NR's aplicadas à construção civil e elétrica. Estruturas, sinalizações, riscos, meios de controle. NR 18. PCMAT– Programa de Condições de Meio Ambiente do Trabalho na Construção Civil. Acidentes domésticos.

Bibliografia Básica

BRASIL. RESOLUÇÃO N.º 160, DE 22 DE ABRIL DE 2004. Aprova o Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro. O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso VIII, da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e conforme Decreto n.º 4.711, de 29 de maio de 2003.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997 (Institui o Código de Trânsito Brasileiro) e suas atualizações. LIMA, Fernanda G. de Albuquerque – Manual de Condições de Trabalho na Construção Civil – Segurança e Saúde do Trabalhador, 1990, SP.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

DENATRAN. Apostila Direção Defensiva – Trânsito seguro é um direito de todos. Ministério das Cidades/DENATRAN/ Fundação Carlos Chagas – maio de 2005.

FONSECA, L. H. Direção Defensiva. Rua Bolívar, 321 - São Paulo, S.P. - CEP 04638-110 Telefone e Fax: 5561-4599;

FUNDACENTRO, Recomendação Técnica Procedimento RTP nº1: medidas de proteção contra quedas de altura, São Paulo, 1999.

ESTADOS UNIDOS. Navy. Construção civil: teoria & prática. São Paulo: Hemus, 2005.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	1º
Disciplina:	Legislação e Normas Técnicas I	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

Lei Nº 6.514, de 22/12/1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências;
 Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho;
 Decretos, Decretos Lei, Instruções Normativas, Leis e Leis complementar da segurança e medicina do trabalho. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego: NR - 1 - Disposições Gerais; NR - 2 - Inspeção Prévia; NR - 3 - Embargo ou Interdição; NR - 4 - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT; NR - 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA; NR - 6 - Equipamento de Proteção Individual – EPI; NR - 7 – Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional – PCMSO; NR - 8 – Edificações; NR - 9 – PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; NR - 16 - Atividades e Operações Perigosas; Decretos, Leis, Instruções Normativas, Instruções Técnicas e Leis complementar da segurança e medicina do trabalho.

Bibliografia Básica

GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.
 ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.
 SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.

Bibliografia Complementar

SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de poeiras e outros particulados: PPRA. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2007.
 SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle do ruído: PPRA. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2004.
 SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle do calor: PPRA. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2004.
 SALIBA, T. M., et al. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2003.
 SALIBA, T. M. Insalubridade e Periculosidade; aspectos técnicos e práticos. 3ª ed. – São Paulo: LTr, 1997.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	1º
Disciplina:	Comportamento e Psicologia do Trabalho	Aulas Semanais	2
Carga Horária:	32 horas		

EMENTA

Ética profissional. Técnicas de comunicação interpessoal. Introdução à Psicologia do Trabalho. Introdução à Psicologia Organizacional. Dinâmica de grupos: conceitos e técnicas. Relações Humanas no trabalho. Comportamento Humano no trabalho. Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho.

Bibliografia Básica

AFONSO, L. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte (MG): Ed Campo Social; 2002.
 ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Martin Claret, 2003.
 CORTINA, Adela e MARTINEZ, Emilio. Ética. (trad. Silvana Cobucci Leite). São Paulo, Ed. Loyola, 2005.

Bibliografia Complementar

Definição de saúde OMS
 DELEUZE, GILLES. Espinosa-Filosofia Prática. Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. SP: Ed. Escuta, 2002.
 PLATÃO. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
 Portaria/MS n.º 1.339/1999.
 GIBSON, James L et al. Organizações: comportamento, estrutura e processos. 12. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 2006.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	1º
Disciplina:	Técnicas de Treinamento	Aulas Semanais	2
Carga Horária:	32 horas		

EMENTA

Conceitos de treinamento. Planejamento de programas de treinamento. Critérios básicos para execução de um treinamento. Recursos de ensino e técnicas de ensino. Técnicas de ensino utilizadas em treinamentos de segurança do trabalho (preleção, pergunta-resposta, debate, painel integrado, grupo de verbalização e grupo de observação, Phillips 66, brainstorming, estudo de caso, dramatização). Como elaborar e apresentar seminários, palestras e treinamentos. A arte de falar em público. Como se portar diante de uma plateia.

Bibliografia Básica

CLAXTON, G. O desafio de aprender ao longo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J.A. Aprendizagem: processos psicológicos e o contexto social na escola. Petrópolis: Vozes, 2004.
 PERRENOUD, Philippe. Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Bibliografia Complementar

POZO, J.I. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
 WERNECK, Hamilton. O profissional do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.
 MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
 MUNDIM, Ana Paula Freitas. Desenvolvimento de produtos e educação corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.
 SACRISTÁN, J.G. A educação que temos, a educação que queremos. In: IMBERNÓN, Francisco. A educação no século XXI. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	1º
Disciplina:	Informática Básica	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

1. Introdução à microinformática; 2. Sistema operacional e utilitários; 3. Software de apresentação; 4. Processador de texto, 5. Planilha eletrônica

Bibliografia Básica

LAMAS, M. OpenOffice.org ao seu alcance. Rio de Janeiro: Editora Beto Brito, 2004.
 HADDAD, R.; HADDAD, P. Crie Planilhas Inteligentes com o Microsoft Office Excel 2003. 2 ed. São Paulo: Editora Ética, 2003.
 BATTISTI, J. Windows XP: Home e Professional para usuários e administradores. Rio de Janeiro: Editora Axcel Books, 2003.1080 p.

Bibliografia Complementar

FREEDMAN, A. Dicionário de Informática: O Guia Ilustrado completo de Alan Freedman. Tradução do Brasil Ramos Fernandes, Elaine Pezzoli, Kátia A. Roque. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1995.
 CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004, 350p.
 MOKARZEL, F.; SOMA, N. Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008, 429p.
 LEWIS, H. R.; PAPADIMITROU, C. H. Elementos de teoria da computação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 344p.
 CINTO, A. F. Excel Avançado. São Paulo: Novatec Editora, 254 p.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	1º
Disciplina:	Português Instrumental I	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

Elementos da comunicação; Variação Linguística; Conceito de gênero textual; leitura e produção de textos; Ortografia e Acentuação

Bibliografia Básica

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.
 FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: 39 leitura e redação. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.
 MARTINS, D. S; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 29. ed. Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
 KOCK, I.G.V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2009.
 SAVIOLI, F. P; FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
 SHOCAIR, N. M. Manual de redação: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.
 SOARES, M. B. Técnica de redação: as articulações linguísticas como técnica de pensamento. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	1º
Disciplina:	Matemática Básica	Aulas Semanais	2
Carga Horária:	32 horas		

EMENTA

Regra de três simples e porcentagem; Grandezas Proporcionais, transformações de unidades de comprimento, área e de volume; Plano Cartesiano; Gráficos de funções de primeiro e de segundo graus.

Bibliografia Básica

DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008. Volume único.
 NASCIMENTO, Sebastião Vieira do. Matemática do ensino fundamental e médio aplicada a vida. São Paulo: Ciência, 2012.
 VIVEIRO, Tania Cristina Neto G. Manual compacto de matemática: ensino médio. Rio de Janeiro: Rideel, 2010.

Bibliografia Complementar

SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Rabbith I. C. M; SHITSUKA, Caleb C. D. M. Matemática Fundamental para Tecnologia. São Paulo: Erica, 2011.
 IEZZI, Gelson. Matemática: volume único. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 ZEGARELLI, Mark. Matemática básica & pré-álgebra para leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.
 SILVA, Sebastião Medeiros da. Matemática básica para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2014.
 SILVA, Fernando César Marra E; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		
Disciplina:	Higiene Ocupacional I	Módulo:	2º
Carga Horária:	48 horas	Aulas Semanais	3

EMENTA

Normas pertinentes (NR 15 e seus anexos); Limites de Exposição Ocupacional - NR-15 e ACGIH, NIOSH, OSHA e AIHA; Fundamentos e técnicas de higiene e segurança do trabalho; Riscos Químicos e Biológicos; Classificação Riscos; Insalubridade, periculosidade e penosidade; Uso adequado dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC); Levantamento Ambiental; Laudo técnico das condições ambientais do trabalho. Instrumentação técnica. Sistemas de proteção e medidas de controle. Interpretação e recomendações para análise laboratorial – químicos. Seleção de respiradores. Aula prática com equipamentos de proteção individual – EPI (químicos: proteção respiratória e dérmica);

Bibliografia Básica

GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.
ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.
SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.

Bibliografia Complementar

SPINELLI, R. Higiene Ocupacional: Agentes Biológicos, Químicos e Físicos. 4ª ed. São Paulo: SENAC, 2006.
SALIBA, T. M., et al. Higiene do trabalho e PPR. São Paulo: LTr, 1997.
SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de poeiras e outros particulados: PPR. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2007.
SALIBA, T. M., et al. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPR. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2003.
SALIBA, T. M.. Insalubridade e Periculosidade; aspectos técnicos e práticos. 3ª ed. – São Paulo: LTr, 1997.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		
Disciplina:	Segurança do Trabalho II	Módulo:	2º
Carga Horária:	32 horas	Aulas Semanais	2

EMENTA

Normas; NR 31. PGSSTR - Programa de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho Rural. Decretos, Decretos Lei, Instruções Normativas, Leis e Leis complementar da segurança e medicina do trabalho. Legislação de Agrotóxicos. Riscos ambientais – Mecânico/Acidentes. Identificação de riscos. Inspeção de segurança. Investigação de acidentes. Análise de riscos: análise preliminar de riscos (APR), análise de modos de falhas e efeitos (AMFE), análise árvores de falhas (AAF), série de riscos. Avaliação de perdas de um sistema. Custo de acidentes. Permissão de trabalho. Análise de segurança de trabalho. Procedimento de trabalho. Observação planejada de trabalho; técnicas de análise de riscos.

Bibliografia Básica

GARCIA, E., FILHO, J. P. A. Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos. Fundacentro. São Paulo. 2005. MARANO, Vicente Pedro. A segurança, a medicina e o meio ambiente do trabalho nas atividades rurais. 2006. 168 p.
BRASIL. Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Norma Regulamentadora 31 (NR 31).
SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.

Bibliografia Complementar

ANDEF. Manual de Armazenamento, Transporte, Uso Correto de Equipamentos de Proteção Individual, Boas práticas e Segurança e Saúde com produtos Fitossanitários. Associação Nacional de Defesa Vegetal. Campinas - São Paulo: À Associação, 2010.
PONZETTO, G. Mapa de riscos ambientais: aplicado à eng de segurança do trabalho NR 5. 3ª edição. Editora LTr. 2010. 152 p.
FIGUEIREDO JÚNIOR, JOSÉ VIEIRA. Prevenção e Controle de Perdas: abordagem integrada – Natal: IFRN Editora, 2009.
GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo: LTr, 2008.
TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		
Disciplina:	<i>Espaços Confinados e Trabalhos em Altura</i>	Módulo:	2º
Carga Horária:	32 horas	Aulas Semanais	2

EMENTA

Lei Nº 6.514, de 22/12/1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho; NR 33 e 35. Decretos. Procedimento de trabalho. Observação planejada de trabalho; técnicas de análise de riscos.
Atividades práticas em trabalhos com espaços confinados e trabalhos em altura.

Bibliografia Básica

BRASIL. Manual de auxílio na interpretação e aplicação da norma regulamentadora n.º 35 - trabalho em altura - incluindo anexos I e II e alteração do item 35.5 NR-35 comentada. 2ª Edição abril de 2018
BRASIL. Norma Regulamentadora 33 - Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados. Mtb. 2012
BRASIL. Norma Regulamentadora 35 – Trabalho em altura. Mtb. 2016

Bibliografia Complementar

FUNDACENTRO, Recomendação Técnica Procedimento RTP nº1: medidas de proteção contra quedas de altura, São Paulo, 1999.
MARTINS, M.S. Diretrizes para elaboração de medidas de proteção contra quedas de altura em edificações. 2004. 159 fl. Dissertação (Mestrado em Construção Civil) – Universidade de São Carlos, São Paulo 2004.
GULIN, Acessórios para ancoragem. Disponível em http://gulin.com.br/escada_telhados.htm acesso em 05.04.2013.
SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		Módulo:	2º
Disciplina:	Legislação e Normas Técnicas II		Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas			

EMENTA

Lei Nº 6.514, de 22/12/1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências; Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho; Decretos, Decretos Lei, Instruções Normativas, Leis e Leis complementar da segurança e medicina do trabalho. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego: NR - 19 – Explosivos. NR - 20 - Combustíveis Líquidos e Inflamáveis. NR - 21 - Trabalhos a Céu Aberto. NR - 22- Trabalhos Subterrâneos. NR - 24 - Condições Sanitárias dos Locais de Trabalho. NR - 27 - Registro de Profissionais. NR - 28 - Fiscalização e Penalidades. NR – 29 - Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário. NR – 30 – Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário. NR – 34 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval. Decretos, Decretos Lei, Instruções Normativas, Leis e Leis complementar da segurança e medicina do trabalho. NR 36 - Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados

Bibliografia Básica

GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.
 ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.
 SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.

Bibliografia Complementar

SALIBA, T. M.. Insalubridade e Periculosidade; aspectos técnicos e práticos. 3º ed. – São Paulo: LTr, 1997.
 LEGISLAÇÃO sobre direitos humanos. São Paulo: LTr, 1999.
 BRASIL. Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras do Ministério de Estado do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 200, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Brasília, 1978. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>. Acesso em: 09 nov. 2018.
 CUMPRIMENTO de normas técnicas não basta para eximir responsabilidade da empresa por acidente de trabalho. Portal Nacional do Direito do Trabalho, 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://trt-03.jusbrasil.com.br/noticias/3101450/cumprimento-de-normas-tecnicas-nao-basta-para-eximir-responsabilidade-da-empresa-por-acidente-de-trabalho>>. Acesso em: 09 nov. 2018. Coluna Notícias Jurídicas/ Política e Gestão Pública.
 BRASIL. DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. CLT – Consolidações das Leis do Trabalho. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 09 nov. 2018.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	2º
Disciplina:	Legislação Trabalhista e Previdenciária	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

Direito do Trabalho: conceito, e evolução histórica. Princípios constitucionais de Direito do Trabalho. Análise crítica das teorias sobre a natureza jurídica da relação de trabalho. Contrato individual de trabalho: conceito, sujeitos, elementos, espécies. Contrato de trabalho e contratos afins. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Estabilidade e garantia de emprego. Regime do FGTS. Trabalho da mulher e do menor. Remuneração do Trabalho. Salário. Formas de remuneração. Medidas de proteção do salário. Duração do contrato e da jornada de trabalho. Repousos. Terminação do contrato de trabalho. Aviso prévio. Evolução histórica das relações coletivas de trabalho e seu objeto atual (legislação x negociação) no Brasil. Organização sindical. Regime jurídico dos sindicatos. Liberdade sindical. Negociação coletiva e intervenção legislativa. Formas de solução de conflitos: conciliação, mediação e arbitragem. Poder normativo: dissídios coletivos. atribuições, assistência judiciária. Centrais sindicais. Co-gestão. Histórico da previdência social brasileira. Estrutura regimental (MPAS, INSS, DATAPREV). Tipos de benefícios. Preenchimento do formulário CAT. Seguro SAT e a proposta da privatização do seguro de acidente de trabalho (SAT). Perfil Profissiográfico Profissional. Ruído, calor, químicos, etc. e o enquadramento na aposentadoria especial. Aspectos legais. DORT. Aposentadoria especial. Tipos de aposentadoria e benefícios. Atualizações de Projetos de Lei, Decretos, Ordens de Serviço, Resoluções e etc. Norma Técnica-LER/DORT.

Bibliografia Básica

SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: Ltr, 1999.
MARTINEZ, W. N. Legislação previdenciária procedimental. Editora LTr. 2006. 176 p.
VENDRAME, A. C., GRAÇA, S. A. FAP/NTEP – Aspectos jurídicos e técnicos. Editora LTr. 2009. 136 p.

Bibliografia Complementar

GODINHO, Mauricio Delgado. Curso de Direito do Trabalho. 5ª edição, São Paulo, LTR, 2006.
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. Vol.II, Ed. Atlas, 2006.
OLIVEIRA, P. R. A. de. NTEP/FAP - Nexo técnico epidemiológico previdenciário/fator acidentário de prevenção. 2ª edição. Editora LTr. 2010. 280 p.
GONZAGA, P. PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário. 1ª edição. Editora LTr. 2002. 104 p.
MENEZES, J.S. R., PAULINO, N. J. A. Sobre acidente do trabalho, incapacidade e invalidez. Editora LTr. 2002. 158

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	2º
Disciplina:	Estatística Aplicada	Aulas Semanais	2
Carga Horária:	32 horas		

EMENTA

Origem e evolução da estatística, método estatístico; População e Amostra.
Distribuição de frequências sem intervalos de classe; Distribuições de frequências com intervalos de classe; Medidas de tendência central; Noções de Probabilidade.

Bibliografia Básica

VIEIRA, Sonia. **Estatística básica**. São Paulo: Cengage, 2011.
DOMINGUES, Osmar; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral aplicada**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
BRAGA, Luis Paulo Vieira. **Compreendendo probabilidade e estatística**. Editora E-Papers, 2010.

Bibliografia Complementar

BUSSAD, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
CRESPINO, Antonio Arnot. **Estatística fácil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
LIMA, Carlos Pedroso de; MAGALHÃES, Marco Nascimento. **Noções de probabilidade e estatística**. 7. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.
BARBETTA, Pedro Alberto; BORNIA, Antonio Cezar. **Estatística para os cursos de engenharia e informática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	2º
Disciplina:	Português Instrumental II	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

Gêneros textuais: resumo e relatório; os mecanismos de coesão: o uso dos organizadores textuais; a construção da argumentação; pontuação; polissemia, ambiguidade; erros mais comuns.

Bibliografia Básica

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.
 FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: 39 leitura e redação. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.
 MARTINS, D. S; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental. 29. ed. Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
 KOCK, I.G.V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2009.
 SAVIOLI, F. P; FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
 SHOCAIR, N. M. Manual de redação: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.
 SOARES, M. B. Técnica de redação: as articulações linguísticas como técnica de pensamento. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	3º
Disciplina:	Higiene Ocupacional II	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

Normas pertinentes (NR 15 e seus anexos); Fundamentos e técnicas de higiene e segurança do trabalho; Riscos Físicos; Classificação Riscos; Insalubridade e periculosidade; Uso adequado dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC); Levantamento Ambiental; Laudo técnico das condições ambientais do trabalho. Parâmetro de medição. Critérios de avaliação e técnicas de medição, instrumentos e aparelhos de medições. Medições e Avaliações; Medidas de controle e mitigação; Aula prática com equipamentos de proteção individual – EPI; Sistemas de proteção auditiva, derme, etc.; Sistema de proteção coletiva – EPC para todos os riscos; Limites de Exposição Ocupacional - NR-15 e ACGIH, NIOSH, OSHA e AIHA; Recomendações da Fundacentro;

Bibliografia Básica

ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.
 SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.
 SALIBA, T. M., et al. Higiene do trabalho e PPRA. São Paulo: LTr, 1997

Bibliografia Complementar

SPINELLI, R. Higiene Ocupacional: Agentes Biológicos, Químicos e Físicos. 4ª ed. São Paulo: SENAC, 2006.
 SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle do ruído: PPRA. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2004.
 SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle do calor: PPRA. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2004.
 SALIBA, T. M.. Insalubridade e Periculosidade; aspectos técnicos e práticos. 3º ed. – São Paulo: LTr, 1997.
 BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2011.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		Módulo:	3º
Disciplina:	Prevenção de Riscos em Máquinas		Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas			

EMENTA

Conceitos básicos e importância. Bombas e motores. Veículos industriais. Máquinas de guindar e transportar. Vasos sob pressão e caldeiras. Fornos. Compressores. Ferramentas manuais e ferramentas motorizadas. Máquinas e equipamentos pneumáticos. Soldagem e corte. Equipamentos de processos industriais. Transporte, armazenagem e manuseio de materiais. Tanques silos e tubulações. Cor, sinalização e rotulagem. Sistemas de proteção coletiva. Equipamentos de proteção individual (EPI's). Projeto de proteção de máquinas. Arranjo físico e localização industrial. Área de utilidade. Edificações: construção, reforma, demolição e implosão. Estruturas e superfícies de trabalho. Manutenção: preventiva, corretiva. NRs 10, 11, 12, 13, 14, 26;

Bibliografia Básica

ABRANTES, Antônio Francisco. Atualidades em Ergonomia – Logística, movimentação de materiais, Engenharia Industrial, Escritórios. Instituto IMAM. São Paulo, 2004.
 CAMPOS, A. Prevenção e Controle de Risco em Máquinas, equipamentos e Instalações. São Paulo. Ed. SENAC. 2006.
 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Convenção Coletiva de Melhoria das condições do Trabalho em prensas e equipamentos similares, injetoras de plástico e tratamento galvânico de superfícies nas indústrias metalúrgicas no estado de São Paulo. Seção de segurança e saúde do trabalhador. 2ª ed - 2003

Bibliografia Complementar

FUNDACENTRO, MTB. Convenção Coletiva sobre Prevenção de Acidentes em máquinas Injetoras de Plástico, Mimeo, 13 p. 1995
 FUNDACENTRO. Riscos de Acidentes na Operação de Caldeiras. São Paulo, 1994. 75 p.
 FUNDACENTRO. Curso de Engenharia de Segurança do Trabalho – Vol. 1. São Paulo, 281 p.
 FUNDACENTRO. Riscos de Acidentes na Operação de Caldeiras. São Paulo, 1994. 75 p.
 TORREIRA, Raul Peragallo. Manual de Segurança Industrial. Margus Publicações. São Paulo, 1999. 1.035 p.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		Módulo:	3º
Disciplina:	Prevenção e Combate à Incêndios I		Aulas Semanais	2
Carga Horária:	32 horas			

EMENTA

Normas pertinentes; Legislação - Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, Norma Regulamentadora NR-23; NBRs da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas; e legislações complementares (atualizações). Leis e instruções técnicas do CBMMG. Conhecimento e histórias sobre o fogo e incêndios, suas propriedades, classes, causas, inflamáveis e combustíveis, métodos de extinção, equipamentos. Incêndio em matas e meios de contenção. Brigada e formação. Plano de auxílio mútuo.
 Aulas práticas com EPI's e equipamentos de combate a incêndios.

Bibliografia Básica

PEREIRA, A.G. Segurança contra incêndios. 1ª ed. Ltr. 2004. 184 p.
 PEREIRA, A.G, POPOVIC, R. R. Tecnologia em segurança contra incêndio. 1ª ed. Ltr. 2007. 184 p.
 Decreto 44.746 de 29 de fevereiro de 2008. Regulamenta a Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências.

Bibliografia Complementar

Decreto 44.746 de 29 de fevereiro de 2008. Regulamenta a Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências.
 ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.
 SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.
 ABIQUIM. Manual para atendimentos de emergências. 5ª edição. Pró-química. 2006. São Paulo.
 CAMILLO JR, Abel B. Manual de prevenção e combate a incêndios. Senac editora.2009 São Paulo.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	3º
Disciplina:	Saúde Ocupacional I	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

Visa à reflexão da saúde do trabalhador a partir do entendimento do conceito e do reconhecimento das doenças ocupacionais e do trabalho, Histórico das doenças ocupacionais e do trabalho, lesão por esforços repetitivos LER/DORT, noções de anatomia e fisiologia humana, programas convencionais: PCMSO (NR 07), SESMT, exames médicos e imunização considerando o trabalhador e suas relações no contexto social, político, econômico e cultural em que está inserido. NR 32. Doenças do trabalho causadas por agentes físicos, químicos e biológicos. Introdução à toxicologia ocupacional. Conceitos, classificação, Toxicocinética, toxico dinâmica, Toxicologia dos metais, toxicologia dos hidrocarbonetos, Toxicologia dos polímeros, Ácidos e bases, Novas substâncias. Ginástica Laboral. Nutrição do Trabalhador - PAT; Planejamento Familiar, Prevenção de DST/AIDS. Álcool, Fumo e Drogas.

Bibliografia Básica

ATLAS. Manuais de Legislação Segurança e Medicina do trabalho. Lei nº 6.514, De 22 de Dezembro de 1977. 58ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
 BENITE, A. G. Sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho. São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.
 BRASIL. Ministério da Saúde. A investigação das relações saúde-trabalho, o estabelecimento do nexo causal da doença com o trabalho e as ações decorrentes. In: Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: 2001.

Bibliografia Complementar

RODRIGUES, M. V. C. Qualidade de vida no trabalho. Petrópolis: Vozes, 1994.
 MAENO, M.; CARMO, J. C. do. Saúde do trabalhador no SUS. Rio de Janeiro: Hucitec, 2005.
 MENDES, R. Patologia do trabalho. São Paulo: Atheneu, 2003.
 SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de; MINICHELLO, Moacyr Medeiros. Saúde ocupacional. São Paulo: Érica, 2014
 PINHEIRO, R. & MATTOS, R A. Os sentido da Integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ / Rede Sirius/ CBC, 2001.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	3º
Disciplina:	Biossegurança	Aulas Semanais	2
Carga Horária:	32 horas		

EMENTA

Conceitos básicos e importância. Normas básicas de trabalhos com organismos geneticamente modificados, visando a proteger a vida e a saúde do homem, dos animais e das plantas, bem como o meio ambiente. Riscos de manipulações em laboratórios. Risco químico e gerenciamento de resíduos. Diagrama de Hommel (Diamante do perigo). Consequências dos acidentes e doenças. Primeiros socorros em acidentes em laboratórios. Demonstrar e propor medidas de controle para Riscos biológicos em diversas atividades ocupacionais. NR 15 (anexo 14). Materiais de laboratório. Visita ao Laboratório de Biotecnologia do IFSULDEMINAS. Classificação de riscos.

Bibliografia Básica

SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.
 FILHO, J. M., HIVATA M. H. Manual de Biossegurança, 1ª Edição, Editora Manole, 2002, 512 p.
 HINRICHSEN, S. L. Biossegurança e Controle de Infecções: Risco Sanitário Hospitalar. 1ª edição. Editora MEDSI.

Bibliografia Complementar

GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.
 ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.
 CORINGA, Josias do Espírito Santo. Biossegurança. Curitiba: Livro Técnico, 2010.
 ROZA, Marcello Rodrigues da; GAMA FILHO, José Belarmino da; COSTA, Marco Antonio F. da. Biossegurança em ambientes hospitalares veterinários. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.
 SILVA, José Vitor da; BARBOSA, Silene Ribeiro Miranda; DUARTE, Suélen Ribeiro Miranda Pontes (Org.). Biossegurança no contexto da saúde. São Paulo: Iátria, 2013.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		Módulo:	3º
Disciplina:	Gestão Empresarial e Estratégica		Aulas Semanais	2
Carga Horária:	32 horas			

EMENTA

Conceitos básicos da gestão empresarial. Fundamentos da Administração. Importância da gestão empresarial. Administração Estratégica e a competitividade. Ferramentas administrativas; Análise de ambientes; Riscos e Oportunidades; Planejamento Estratégico;

Bibliografia Básica

HITT, Michael A. Administração Estratégica. São Paulo. Thompson. 2003
LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003
OLIVEIRA. Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas - 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

ANSOFF Igor, MC DONNER, Edward Jr ; Implantando a Administração Estratégica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000
MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2000.
MINTZBERG, Henry et alii. Safári de estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000.
PORTER, M. Estratégia Competitiva: técnicas para análise da indústria e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
VASCONCELOS, Eduardo. Estrutura Das Organizações: Estruturas Tradicionais, Por Inovação, Matricial. São Paulo: Pioneira, 2002

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		Módulo:	3º
Disciplina:	Proteção do Meio Ambiente		Aulas Semanais	2
Carga Horária:	48 horas			

EMENTA

Desenvolvimento Sustentável; Diversidade biológica; Importância dos ciclos naturais; Poluição e degradação ambiental; Gestão dos solos e dos recursos hídricos; Resíduos sólidos urbanos e dos serviços de saúde; Poluição atmosférica; Noções do processo de AIA; Noções sobre o Sistema de Gestão Ambiental; Responsabilidade Sócio-ambiental.

Tema transversal: Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).

Bibliografia Básica

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental. 2ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 318p. 2005.
GIANETTI, B.F.; ALMEIDA, C. Ecologia Industrial. São Paulo. Edgard Blucher. 2006.

Bibliografia Complementar

SANTOS, L. M.M. Avaliação ambiental de processos industriais. 2ª edição. Editora Signus. 140p. 2006.
BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938, de 31/08/81).
Resoluções CONAMA 05/1989; 03/1990; 375/2005.
Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97.
TENNEPOHL, C. & TENNEPOHL, T. D. Licenciamento Ambiental. Editora Impetus. 304p. 2008.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	3º
Disciplina:	Estágio Supervisionado I	Aulas semanais	1
Carga Horária:	16 horas		

EMENTA

Orientação ao discente: Orientar e observar as normas acadêmicas sobre o estágio; Demonstrar os prazos e datas sobre o estágio; Instruir na elaboração do TCE (termo de compromisso de estágio); Orientar o discente durante seu estágio; Realizar a correção do relatório de estágio; Orientar o discente a colher as assinaturas; Orientação de entrega do relatório na secretaria de extensão.

Bibliografia Básica

Lei Nº 11.788, de 25/09/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, entre outras alterações, http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/~nipe/index.php?option=com_content&view=article&id=209:2015-05-12-19-11-33&catid=42:2015-05-12-19-02-56. Acesso no dia 29 de setembro de 2017.
https://portal.mch.ifsuldeminas.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1680:documentos-estagio&catid=204:extensao&Itemid=873, acesso em 09 de novembro de 2018.
https://portal.mch.ifsuldeminas.edu.br/images/Imagens-extens%C3%A3o/2018/outubro/TCE_-_PDF.pdf, acesso em 09 de novembro de 2018.

Bibliografia Complementar

NISKIER, Arnaldo. Educação, estágio e trabalho. 1ª edição, 2006. Editora Integreare.
MARTINS, Sérgio Pinto. Estágio e relação de emprego. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	4º
Disciplina:	Instrumentação e Medição Técnica	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

A disciplina de Instrumentação visa apresentar aos alunos(as) do curso Técnico em Segurança do Trabalho uma noção básica da instrumentação utilizada na Higiene Ocupacional, teórica e prática, com equipamentos de medições para ruído, temperaturas extremas, iluminação, gases, vapores, aerodispersóides, poeiras, etc.

Bibliografia Básica

SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRa. 2. ed. Atualizada e Ampliada. Belo Horizonte: ASTEC, 2009.
_____. Manual Prático de Avaliação e Controle do Ruído: PPRa. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009.
_____. Manual Prático de Avaliação e Controle de Calor: PPRa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. Norma de Higiene Ocupacional, Procedimento Técnico, Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído. NHO 01. Fundacentro, 2001.
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. Norma de Higiene Ocupacional, Procedimento Técnico, Avaliação da Exposição Ocupacional ao Calor. NHO 06. Fundacentro, 2002.
2010 TLVs® e BEIs® Baseados na Documentação dos Limites de Exposição Ocupacional (TLVs®) para Substâncias Químicas e Agentes Físicos & Índices Biológicos de Exposição (BEIs®). Tradução da Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais (ABHO): Ed. do autor, 2010.
SALIBA, Tuffi Messias. CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Manual Prático de Avaliação e Controle de Gases e Vapores: PPRa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.
_____. Manual Prático de Avaliação e Controle de Poeira e Outros Particulados: PPRa. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	4º
Disciplina:	Prevenção e Combate à Incêndios II	Aulas Semanais	2
Carga Horária:	32 horas		

EMENTA

Normas pertinentes. Identificar e monitorar as proteções fixas e móveis extintoras na empresa. Utilizar os métodos e técnicas de prevenção e combate ao sinistro. Implantar e coordenar ações corretivas e preventivas na empresa. Identificar situações como possíveis desencadeadoras de sinistros. Dimensionar quantidades de unidades móveis extintoras. Elaborar e supervisionar planilhas de controle de proteções móveis extintoras. Supervisionar as áreas da empresa e os procedimentos seguros de trabalho. Elaborar e implantar planos de ação de emergência e de contingência. Dimensionar equipes de combate a sinistros. Conceito e cobertura de seguro-incêndio no Brasil

Aulas práticas com EPI's. Prática de combate ao fogo e incêndios com unidades extintoras e equipamentos hidráulicos (mangueiras, acessórios e bombas).

Bibliografia Básica

PEREIRA, A.G. Segurança contra incêndios. 1ª ed. Ltr. 2004. 184 p.
 PEREIRA, A.G, POPOVIC, R. R. Tecnologia em segurança contra incêndio. 1ª ed. Ltr. 2007. 184 p.
 Decreto 44.746 de 29 de fevereiro de 2008. Regulamenta a Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências.

Bibliografia Complementar

ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 59ª ed. Editora Atlas – São Paulo 2006.
 SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.
 AMORIM, Walter Vasconcelos de. Curso de Prevenção e Combate a Incêndio. LTr. São Paulo, 2009.
 RIBEIRO, Guido Assunção. Formação e Treinamento de Brigada de Incêndio Florestal. CPT – Centro de Produções Técnicas, 2009.
 MARCELLI, Mauricio. Sinistros na construção civil: causas e soluções para danos e prejuízos em obras. São Paulo: Pini, 2007.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	4º
Disciplina:	Gerenciamento de Riscos	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

A natureza dos riscos. Riscos puros e riscos especulativos. Risco: conceituação e evolução histórica. Identificação de riscos. Programas de prevenção na área de segurança e medicina do trabalho. Introdução a Gerência de Riscos. A evolução do homem e o risco. Definições de risco e perigo. O erro humano. A evolução do prevenicionismo. Natureza dos riscos empresariais. Conceitos Modelos de gestão. Ferramentas de gestão. Desafios e barreiras à gestão. Princípios de gestão de segurança e saúde ocupacional. Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, conforme a ABNT NBR 18801:2010. OHSAS 18001. E-Social - objetivos, conceitos, normas e aplicabilidade Interpretação de plantas baixas (CAD), de projetos (ex. incêndio e mapa de riscos).

Objetivos, normas e técnicas para a elaboração de: PPR – Programa de prevenção de riscos ambientais. PPR – programa de proteção respiratória. Lauto técnico pericial (noções). PCA – programa de conservação auditiva. PGR – programa de gerenciamento de riscos. LTCAT – Lauto técnico das condições do trabalho (noções). PPP – perfil profissiográfico profissional. PCMSO – programa de controle médico e de saúde ocupacional (noções). PGSSTR - Programa de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho Rural (noções). PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil (noções). MAPA de riscos – Normas, conceitos, objetivos e elaboração

Bibliografia Básica

GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.
 SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.
 TAVARES, J.C. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho. 6ª ed. Editora Senac. São Paulo. 2008.144 p.

Bibliografia Complementar

BINDER, M.C.P., et al. Árvore de Causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho. 2 ed. Ed. Publisher Brasil. São Paulo, 1996.
 FANTAZZINI, L. M. Introdução a Engenharia de Sistemas. Fundacentro, São Paulo, 1991.
 FANTAZZINI, L. M.; CICCIO, F.M.G.ªF. Técnicas Modernas de Gerência de Risco. IBGR. São Paulo, 1992.
 MICHITOSHI OISHI. Técnicas Integradas na Produção de Serviços.
 BASTIAS, H. HERMAN Y BOUER, Gregório. Prevenção de Perdas. Série ABPA – 1982.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	4º
Disciplina:	Saúde Ocupacional II	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

A compreensão do trabalho humano. A saúde do trabalhador. SUS. Conceituação de primeiros socorros, medidas de segurança e seus aspectos legais. Prestar atendimentos de primeiros socorros utilizando condutas adequadas a cada acidente, tais como: estado de choque, vertigens, desmaios, convulsões, hemorragias, ferimentos, fraturas, luxações, entorses, queimaduras, ressuscitação cardiopulmonar, corpos estranhos, intoxicação ou envenenamento, acidente com animais raivosos ou peçonhentos e afogamentos. introdução de análise de sinais vitais e aferição de pressão arterial através do esfigmomanômetro e o uso do aparelho de teste de glicemia. Primeiros socorros (teórico e prático).

Bibliografia Básica

BENITE, A. G. Sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho. São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.
BRASIL. Manual de Primeiros Socorros. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2003.
GARCIA, G. F. B. Legislação de segurança e medicina do trabalho. 2ª ed. Editora Método - São Paulo, 2008.

Bibliografia Complementar

RODRIGUES, M. V. C. Qualidade de vida no trabalho. Petrópolis: Vozes, 1994.
MAENO, M.; CARMO, J. C. do. Saúde do trabalhador no SUS. Rio de Janeiro: Hucitec, 2005.
MENDES, R. Patologia do trabalho. São Paulo: Atheneu, 2003.
SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de; MINICHELLO, Moacyr Medeiros. Saúde ocupacional. São Paulo: Érica, 2014
PINHEIRO, R. & MATTOS, R A. Os sentido da Integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ / Rede Sirius/ CBC, 2001.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho	Módulo:	4º
Disciplina:	Ergonomia	Aulas Semanais	3
Carga Horária:	48 horas		

EMENTA

Conceitos básicos e importância. NR 17. A busca a adequação do trabalho ao homem de forma a possibilitar obter conforto e eficiência. Os riscos ergonômicos relacionados a fatores fisiológicos e psicológicos. Dentre eles destacamos o esforço físico intenso; o levantamento e o transporte manual de cargas; a necessidade de posturas inadequadas; a atenção, a preocupação e a responsabilidade; os controles rígidos de produtividade; os ritmos excessivos de trabalho; os trabalhos em turnos e os noturnos; as jornadas de trabalho prolongadas; a monotonia; a repetitividade além de outras situações causadoras de fadiga física e/ou psíquica. Das medidas de controle no caso dos riscos ergonômicos a conscientização dos riscos, o projeto de máquinas e equipamentos perfeitamente adaptados ao operário, o treinamento adequado, a assistência médico psicológica do empregado, a adoção de ritmos e posições adequadas de trabalho, as pausas durante a jornada de trabalho, etc.

Bibliografia Básica

SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7ª ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011.
FRANCA, M. B. A., PINHEIRO, A. K. da S. Ergonomia aplicada à anatomia e à fisiologia do trabalhador (coleção saúde e segurança do trabalhador vol. 02), Editora: AB editora edição: 1 número de páginas: 192.
ANDERSON, B. Alongue-se no Trabalho - Exercícios de Alongamento para Escritórios. Editora: SUMMUS Edição: 1 Número de páginas: 112.

Bibliografia Complementar

BURTI, J. S. Exercícios no Trabalho - Editora: Soler Edição: 1 Número de páginas: 96
ONEILL, M. J. LER/DORT: O Desafio de Vencer - Editora: MADRAS Edição: 1. Número de páginas: 119.
FISCHER, F. M., MORENO, C.R. de C., ROTENBERG, L. Trabalho em Turnos e Noturno na Sociedade 24 Horas - Editora: Atheneu Edição: 1 Número de páginas: 238
ABRANTES, A. F. Atualidades em ergonomia—Logística, Movimentação de Materiais, Engenharia Industrial, Escritórios. 1ª ed., Editora IMAM. 2004. 164 p.
DUL, Jan: WEERDMEESTER, B. A. Ergonomia prática. ed. ver. e ampl. São Paulo: Blucher, 2012.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		
Disciplina:	Empreendedorismo	Módulo:	4º
Carga Horária:	32 horas	Aulas Semanais	2

EMENTA

Introdução ao Empreendedorismo; Evolução histórica do Empreendedorismo, Características dos empreendedores de Sucesso, Papel do Empreendedor; Empreendedorismo na Prática; alianças estratégicas, nichos de mercado, plano de negócios.

Bibliografia Básica

BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de empreendedorismo e gestão. Fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo, Atlas, 2007
DOLABELA, Fernando. Oficina do Empreendedor: A Metodologia de Ensino que Ajuda a Transformar Conhecimento em Riqueza. Cultura Editores Associados, 1997
DRUCKER, Peter Ferdinando. Inovação e espírito empreendedor: entrepreneurship. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

Bibliografia Complementar

DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luisa. 14ª Edição. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
JUSTUS, Roberto. Empreendedor (O): como se tornar um líder de sucesso. São Paulo, Larousse, 2009.
SALIM, César S. HOCHMAN, Nelson. RAMAL, Andrea C. RAMAL, Silvina A. Construindo Planos de Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
TREVISAN, Antoninho M. Empresários do futuro: como os jovens vão conquistar o mundo dos negócios. 3. ed. São Paulo: Infinito, 2000.

Curso:	Técnico em Segurança do Trabalho		
Disciplina:	Estágio Supervisionado II	Módulo:	4º
Carga Horária:	32 horas	Aulas semanais	2

EMENTA

Orientação ao discente: Orientar e observar as normas acadêmicas sobre o estágio; Demonstrar os prazos e datas sobre o estágio; Instruir na elaboração do TCE (termo de compromisso de estágio); Orientar o discente durante seu estágio; Orientar e Realizar a correção do relatório de estágio; Orientar o discente a colher as assinaturas; Orientação de entrega do relatório na secretaria de extensão.

Bibliografia Básica

Lei Nº 11.788, de 25/09/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, entre outras alterações.
http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/~nipe/index.php?option=com_content&view=article&id=209:2015-05-12-19-11-33&catid=42:2015-05-12-19-02-56. Acesso no dia 29 de setembro de 2017.
https://portal.mch.ifsuldeminas.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1680:documentos-estagio&catid=204:extensao&Itemid=873, acesso em 09 de novembro de 2018.
https://portal.mch.ifsuldeminas.edu.br/images/Imagens-extens%C3%A3o/2018/outubro/TCE_-_PDF.pdf, acesso em 09 de novembro de 2018.

Bibliografia Complementar

NISKIER, Arnaldo. Educação, estágio e trabalho. 1ª edição, 2006. Editora Integreare.
MARTINS, Sérgio Pinto. Estágio e relação de emprego. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Curso: **Técnico em Segurança do Trabalho**

Disciplina: **Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) -**

Carga Horária: **32 horas**

Módulo:

Optativa

Aulas semanais

2

EMENTA

Introdução à Libras: alfabeto manual e vocabulário. Parâmetros e estrutura gramatical próprios da Língua Brasileira de Sinais. Compreensão e interpretação de diálogos e narrativas. Libras Tátil. Pesquisa sobre a Cultura Surda. Legislação referente à Libras e à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Bibliografia Básica

CAPOVILA, Fernando César. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue. 3. ed. São Paulo: EDUSP. 2008.

FELIPE, T. A. Libras em Contexto. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint.2007.

SANTANA, Ana Paula. Surdez e Linguagem. Plexus. 2007.

Bibliografia Complementar

MACHADO, L. M. A Educação Inclusiva na Legislação do Ensino. 2007.

MEC: SEESP, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL; BR. o tradutor e o intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. 2. ed. BRASILIA EDITORA GRAFICA. 2007.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. Surdez. Aquisição de Linguagem e Inclusão social. Revinter. 2008.

ROLDÃO, Maria do Céu. Transversalidade em Educação e em Saúde. São Paulo: Porto. 2007.

SEGALA, Suely Ramalho. ABC em Libras. São Paulo; Panda Books. 2009.

12. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta Proposta Pedagógica serão adotadas estratégias diversificadas, que possibilitem a participação ativa dos alunos para que desenvolvam as competências necessárias às atividades relacionadas com seu campo de trabalho, tais como: análise e solução de problemas; estudo de casos; exposições dialogadas; palestras; visitas técnicas orientadas; pesquisas; projetos e outros que integrem conhecimentos, habilidades e valores inerentes à ocupação e que focalizem o contexto do trabalho, estimulando o raciocínio para solução de problemas e a construção do conhecimento.

Tais estratégias devem possibilitar flexibilidade de comportamento e de autodesenvolvimento do aluno no que diz respeito às diversidades e às técnicas de gestão adotadas em situações reais de trabalho, com avaliação contínua e sistemática, voltada para a aprendizagem com autonomia.

Ao longo do curso os alunos realizarão visitas técnicas, sob supervisão e orientação dos docentes, de modo a propiciar condições para a contextualização das atividades realizadas e dos trabalhos previstos, tendo em vista a necessidade de aproximação com o mundo real do trabalho, para o desenvolvimento de competências.

Os procedimentos didático-pedagógicos devem auxiliar os alunos nas suas construções intelectuais, procedimentos e atitudes. Para tanto, propõe-se para os docentes:

- ✓ Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas, ministrando-as de forma interativa por meio do desenvolvimento de projetos, atividades laboratoriais e de campo, seminários, debates, atividades individuais e atividades em grupo;
- ✓ Problematizar o conhecimento, sem se esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno, incentivando-o a buscar a confirmação do que estuda em diferentes fontes;
- ✓ Entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade, articulando e integrando os conhecimentos de diferentes áreas;
- ✓ Elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e

atividades em grupo;

- ✓ Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas.

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A prática profissional orientada tem por objetivo oportunizar ao aluno, situações e experiências de trabalho em equipe e relações interpessoais em unidades industriais, rurais e administrativas e controle de qualidade, como forma de adquirir habilidades específicas para as atividades acima citadas, construir e aplicar conhecimentos teóricos adquiridos através das demais atividades que compõem o currículo deste curso.

A prática profissional orientada será desenvolvida nos laboratórios do IFSULDEMINAS – Campus Machado e em instituições que se credenciarem para servirem de laboratório (empresas). A referida atividade dar-se-á ao longo de todo curso e terá o acompanhamento dos professores.

13.1 Estágio supervisionado (obrigatório)

O estágio supervisionado é obrigatório e deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos e faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do aluno. Ele propicia aos estudantes obter uma visão real e crítica do que acontece fora do ambiente escolar e possibilita adquirir experiência por meio do convívio com situações interpessoais, tecnológicas e científicas. É a oportunidade para que os estudantes apliquem, em situações concretas, os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas, de maneira que possam vivenciar no dia a dia a teoria, absorvendo melhor os conhecimentos, podendo refletir e confirmar a sua escolha profissional, conforme consta na Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Orientação Normativa nº. 7, de 30 de outubro de 2008, e nas Normas de Estágio aprovadas

pelo Conselho Superior, conforme resolução nº. 073/2015, de 17 de dezembro de 2015.

O estágio supervisionado (obrigatório) terá a duração de **200 horas** e deverá ser realizado em ambiente extraescolar que desenvolva atividades na linha de formação do estudante.

Os alunos poderão realizar o estágio obrigatório a partir da **conclusão do segundo semestre letivo (segundo módulo)**, desde que estejam matriculados e frequentando regularmente as aulas. Serão periodicamente acompanhados de forma efetiva pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente.

A avaliação e o registro da carga horária do estágio só ocorrerão quando a Instituição concordar com os termos da sua realização, que deverá estar de acordo com a Proposta Político Pedagógica do IFSULDEMINAS – Campus Machado.

13.2 Atividades Complementares obrigatórias

A atividade complementar obrigatória é concebida como uma prática educativa e como atividade curricular, integrando o currículo do curso e com carga horária acrescida de **100 horas**, sendo legalmente para a habilitação profissional. A atividade complementar obrigatória poderá ser realizada a qualquer tempo, ou seja, desde o início do curso até a conclusão do curso. Obrigatoriamente as atividades desenvolvidas devem possuir correlação com o curso.

A atividade complementar obrigatória é de responsabilidade do discente, com a orientação de um professor orientador.

Os mecanismos para obtenção da carga horária da atividade complementar obrigatória:

- cursos;
- seminários;
- palestras;
- congressos;
- participação em feiras;
- reuniões;

- outros (com aprovação da coordenação de curso).

O aluno deverá **comprovar, às 100 horas**, por meio de **certificados, diplomas, atas, declarações e outros mecanismos que comprovem legalmente** a participação do discente na atividade. Deverá ser entregue juntamente com os relatórios do estágio supervisionado a secretaria de estágios.

14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os critérios e procedimentos seguintes buscam subsidiar alunos e professores sobre as normas que envolvem o processo de avaliação do Campus Machado.

14.1 Da frequência

Faz-se necessário zelar, junto aos discentes, pela frequência à escola, mantendo o sistema acadêmico atualizado e, se for o caso, comunicar aos responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos.

Conforme Resolução 073/2015 é obrigatória, para a aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina; e ainda:

§ 1º O controle da frequência é de competência do docente, assegurando ao estudante o conhecimento mensal de sua frequência. Como ação preventiva, o docente deverá comunicar formalmente a Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando ou outro setor definido pelo campus, casos de faltas recorrentes do discente que possam comprometer o processo de aprendizagem do mesmo e também no sentido de evitar sua evasão.

§ 2º Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei, sendo entregues diretamente no setor definido pelo campus em que o discente está matriculado.

a. Em caso de atividades avaliativas, a ausência do discente deverá ser comunicada por ele, ou responsável, ao setor definido pelo

campus até 2 (dois) dias após a data da aplicação. Formulário devidamente preenchido deverá ser apresentado ao mesmo setor no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a data de seu retorno à instituição. Neste caso, o estudante terá a falta justificada e o direito de receber avaliações aplicadas no período/dia.

§ 3º São considerados documentos para justificativa da ausência:

I – Atestado Médico;

II – Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus;

III – Declaração de participação em evento acadêmico, esportivo, científico e cultural;

III – Atestado de trabalho, válido para período não regular da disciplina.

§ 4º O não comparecimento do discente à avaliação a que teve direito pela sua falta justificada implicará definitivamente no registro de nota zero para tal avaliação na disciplina.

Observa-se que, caso haja falta coletiva, será considerada a falta e o conteúdo não será registrado. Conforme artigo 48 da Resolução 073/2015 o IFSULDEMINAS, para o abono de faltas o discente deverá obedecer aos procedimentos a serem seguidos conforme o previsto no Decreto-Lei Nº 1.044/1969, na Lei Nº 6.202/1975 e Decreto-Lei Nº 715/1969.

14.2 Da verificação do rendimento escolar e da aprovação

Os resultados de toda e qualquer avaliação deverão ser publicados e revisados em sala de aula até 14 (quatorze) dias consecutivos após a data de aplicação. As frequências serão computadas e divulgadas ao final de cada mês no Sistema Acadêmico. Os critérios e valores de avaliação, adotados pelo docente, deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo e devem estar previstos nos planos de ensino. O docente poderá alterar o critério de avaliação desde que tenha parecer positivo do colegiado de curso com apoio da supervisão pedagógica.

Conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação básica tem

como regra a obrigatoriedade da oferta de estudos de recuperação¹, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar. Neste sentido, atendendo o art. 28 da Resolução 073/2015 do IFSULDEMINAS, o curso Técnico em segurança do trabalho prevê, além da recuperação do módulo/período (recuperação avaliativa) aplicada ao final do semestre letivo, a possibilidade do discente participar da recuperação paralela, a ser realizada todas as semanas durante o horário de atendimento aos discentes e outros programas institucionais com o mesmo objetivo.

Ressalta-se que o docente, ao verificar qualquer situação do discente que está prejudicando sua aprendizagem, deverá comunicá-lo oficialmente sobre a necessidade de sua participação nos horários de atendimento ao discente e aos demais programas institucionais com o mesmo objetivo. A comunicação oficial também deverá ser direcionada à Coordenadoria Geral de Ensino. O docente deverá registrar, oficialmente, a presença do discente no horário estipulado para o atendimento. Os responsáveis pelo acompanhamento dos demais programas institucionais que visam à melhoria da aprendizagem do discente também deverão registrar, oficialmente, a presença do discente comunicado.

Ao final do semestre, o professor certificará o alcance das competências; caso o estudante permaneça com resultado inferior a 6,0 (seis) pontos, este terá direito ao exame final.

Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível na SRA ou SRE. O resultado do módulo/período será expresso em notas graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal. Será atribuída nota 0,0 (zero) a avaliação do discente que deixar de comparecer às aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios a seguir, resumidos no Quadro 21.

I - O discente será considerado APROVADO quando obtiver nota nas disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e frequência (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total da carga horária da disciplina.

II - O discente que alcançar nota inferior a 60% (sessenta por cento) na disciplina terá direito à recuperação. Nesse caso o cálculo da média da disciplina (MDr) será a partir da

¹ Conforme art. 24 da LDBEN 9394/96.

média aritmética da média da disciplina (MD) mais a avaliação de recuperação. Se a média após a recuperação (MDr) for menor que a nota a disciplina antes da recuperação, será mantida a maior nota.

III - Terá direito ao exame final, ao término do módulo/período, o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% e inferior a 60,0% e frequência igual ou superior a 75% na disciplina. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média ponderada da média da disciplina após a recuperação (peso 1), mais a nota do exame final (peso 2), esta somatória dividida por 3.

IV – O exame final é facultativo, não podendo atribuir nota 0,0 (zero) ao discente que não o realizou, mesmo tendo a oportunidade. Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final.

Estará REPROVADO o discente que obtiver nota da disciplina inferior a 60,0% (sessenta por cento) ou frequência inferior a 75% na disciplina.

Quadro 4 - Resumo dos critérios para efeito de aprovação

Nota final obtida	Situação
$MD \geq 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	APROVADO
$MD < 60,0\%$	RECUPERAÇÃO DISCIPLINA
$30,0\% \leq MDR < 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	EXAME FINAL
$MD < 30,0\%$ ou $RFD < 60,0\%$ ou $FD < 75\%$	REPROVADO

MD – média da disciplina;

FD – frequência total das disciplinas;

MDR – média da disciplina recuperação

RFD – resultado final da disciplina.

O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida na SRA ou SRE num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota.

Caso o discente tenha ficado reprovado em 3 disciplinas, no semestre, acarretará na retenção no módulo/período devendo cumpri-las, primeiramente, para continuar sua promoção. Não sendo ofertadas as disciplinas em dependência, o discente poderá dar

continuidade ao curso e cumprirá, obrigatoriamente, todas as dependências quando ofertadas. Será admitida a dependência orientada para alunos reprovados, em até duas disciplinas, por nota e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), após análise do Colegiado do Curso.

14.3 Do conselho de classe

O conselho de classe pedagógico será constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, representantes discentes, supervisão pedagógica, orientador educacional, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado que discutem sobre a evolução, aprendizagem, postura de cada discente e fazem-se as deliberações e intervenções necessárias quanto à melhoria do processo educativo. O conselho de classe deverá se reunir, no mínimo, 1 (uma) vez por semestre. Este Conselho deliberará sobre a situação do discente que não obteve aprovação em até 2 (duas) disciplinas ou equivalente conforme Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando ou não a sua promoção.

Somente os docentes terão direito ao voto para a promoção do discente. Em caso de empate, o coordenador do curso terá o voto de minerva. O conselho de classe será presidido pelo coordenador geral de ensino ou seu representante indicado, que deverá ser o responsável pela elaboração da Ata.

14.4 Terminalidade específica e flexibilização curricular

Conforme Resolução CONSUP Nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, deve ficar claro no Projeto Pedagógico de Curso que todos os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos que apresentem especificidades em seu desenvolvimento:

(a) currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender as suas necessidades;

(b) terminalidade específica àqueles que não conseguirem atingir o nível exigido

para a conclusão de ensino fundamental em função de suas deficiências;

(c) aceleração de conteúdo para alunos superdotados para conclusão antecipada do programa escolar;

(d) professores especializados para sua inclusão em classes comuns.

14.4.1 Terminalidade Específica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas deficiências, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental.

O Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB Nº 2/2013, autoriza a adoção da terminalidade específica na educação profissional para estudantes dos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos nas formas articulada, integrada, concomitante, bem como subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica [...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com deficiência.

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos alunos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional.

Segundo o parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE, o direito de alunos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos estudantes com deficiência mental o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação; ao

contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução 02/2001 do CNE) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, estas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício destas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

14.4.2 Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

- ✓ Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.
- ✓ Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser ou a priorização de áreas ou unidades de conteúdo, a reformulação das sequências de conteúdo ou ainda, a eliminação de conteúdos

secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

- ✓ Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.
- ✓ Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.
- ✓ Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Uma nova revisão deste documento deverá ser realizada OBRIGATORIAMENTE no prazo de 2 (dois) anos, ou a qualquer tempo em que o colegiado do curso deliberar, respeitadas as diretrizes propostas pelo IFSULDEMINAS e legislações vigentes. Os casos não previstos neste Projeto Pedagógico ou nos regulamentos internos e externos do IFSULDEMINAS serão resolvidos pelo Colegiado do curso e/ou CADEM, com auxílio da Supervisão Pedagógica.

Destaca-se o envolvimento dos discentes neste processo, por meio de sua participação no Conselho de Classe, Colegiado de Curso, Colegiado Acadêmico do Campus

(CADEM), Câmara de Ensino (CAMEN), Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Superior (CONSUP).

16. APOIO AO DISCENTE

O Programa de Auxílio Estudantil², coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), desenvolverá ações de seleção (editais) e acompanhamento dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podendo inseri-los, de acordo com sua demanda, em uma ou mais das seguintes modalidades de auxílios:

- a) Auxílio Moradia: pode ser ofertado de duas maneiras, através do auxílio financeiro ou residência na moradia estudantil (quando existente no campus).
- b) Auxílio Alimentação: pode ser ofertado de duas maneiras, através do auxílio financeiro ou refeitório estudantil (quando existente no campus).
- c) Auxílio Transporte: disponibiliza auxílio financeiro para custeio do deslocamento do discente no trajeto domicílio-Instituição de Ensino; bem como busca parcerias junto a Rede Municipal e Estadual.
- d) Auxílio de Material Didático Pedagógico: atende os discentes que necessitam de apoio para materiais didáticos específicos do seu curso através de concessão de auxílio financeiro para compra de livros, apostilas e uniformes.
- e) Auxílio Creche: auxílio financeiro mensal que tem por objetivo custear parte das despesas dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no cuidado de seus dependentes em idade pré-escolar.
- f) Auxílio Emergencial: concedido aos discentes em situação de vulnerabilidade social que não foram beneficiados com outros auxílios e que se encontram em situações emergenciais como: desemprego, problemas de saúde, violência doméstica, entre outros.
- g) Auxílio para participação em Eventos: oferece auxílio financeiro para participação de discentes em eventos acadêmicos, científicos e tecnológicos fora do IFSULDEMINAS.

² Conforme Resolução 101/2013. Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS.

O NAPNE garantirá aos discentes com deficiência ou especificidades em seu desempenho, com apoio institucional, as condições necessárias que possibilitem o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição. Para tanto, promoverá ações junto à comunidade acadêmica possibilitando:

- Acessibilidade arquitetônica – Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Acessibilidade atitudinal – Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.
- Acessibilidade pedagógica – Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.
- Acessibilidade nas comunicações – Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- Acessibilidade digital – Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Ações de Acompanhamento Psicológico terão o objetivo de mediar os processos de desenvolvimento e de aprendizagem, contribuindo para sua promoção através de ações que propiciem reflexões individuais e coletivas que respeitem a ética e priorizem a interdisciplinaridade.

Ações de Acompanhamento Pedagógico serão responsáveis por acompanhar e apoiar os discentes em seu desenvolvimento integral, oferecendo projetos de extensão, oficinas e

minicursos elaborados a partir das demandas diagnosticadas no cotidiano institucional. Realizar-se-á atendimento individualizado ou em grupo, para discentes que procurem o serviço por iniciativa própria ou por solicitação ou indicação de docentes e/ou responsáveis.

Ações de apoio às visitas técnicas irão prover, quando necessário, as despesas com alimentação e transporte dos discentes durante a realização das visitas técnicas.

Ações de Incentivo à Formação da Cidadania incentivarão o discente para que se integre ao contexto institucional, contribuindo para a sua formação integral e estimulando sua participação política e protagonismo estudantil.

Por fim, ações de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura terão como intuito propiciar aos discentes condições para a prática do esporte, do lazer e da cultura, contribuindo para o desenvolvimento físico, intelectual e cultural.

16.1 Inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação

De acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), art. 59, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”. Cabem às instituições educacionais específicas, garantindo aos mesmos, o acesso, a permanência e a conclusão com êxito no processo educacional.

Para isto, o Campus Machado conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), instituído pela Resolução 030/2012/CONSUP – órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva.

O grupo de profissionais que compõem o núcleo buscará apoio dos setores de assistência ao educando e pedagógico, docentes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar, para realizar uma primeira avaliação dos mesmos, encaminhando-os se necessário, a outros profissionais da área da saúde, bem como, acompanhando-os em seu processo educativo, a fim de garantir a permanência e a conclusão do curso com êxito, dentro de suas limitações, auxiliar sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, assegurar o cumprimento da legislação nacional e das políticas de inclusão do IFSULDEMINAS.

16.2 A educação ambiental

De acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e como parte do processo educativo, mais amplo e voltado para a sustentabilidade, a educação ambiental é um componente essencial e permanente do curso, sendo em disciplina específica como também aplicada de forma transversal, onde o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. A educação ambiental está presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

17. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem devem permitir a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs.

No Campus Machado há diversos laboratórios de informática onde cada um destes possuem pelo menos 30 (trinta) computadores. Esses laboratórios são disponibilizados aos alunos, com presença de monitores, para auxiliá-los em seus trabalhos escolares.

O campus disponibiliza um Ambiente Virtual de Aprendizagem, MOODLE, que permite o armazenamento, a administração e a disponibilização de conteúdos no formato Web, dentre os quais destacam-se aulas virtuais, simuladores, fóruns, salas de bate-papo, conexões a materiais externos, atividades interativas, tarefas virtuais (webquest), modeladores, animações, textos colaborativos (wiki). Esse ambiente será utilizado para as disciplinas com carga horária a distância, caso possuam.

18. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiência anteriores seguirão os dispositivos da Resolução nº 06/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (MEC, 2012), ao qual estabelecem em seu art. 36 os seguintes critérios:

Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo a regulamentação interna do IFSULDEMINAS, haverá aproveitamento de conteúdos curriculares nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, dentro do mesmo nível para dispensa de disciplina. O discente terá 30 dias a partir do início do curso para requerer a dispensa. No entanto, no art. 50, § 1º, da Resolução 073/2015 do IFSULDEMINAS, apresenta que: “Excepcionalmente, será dado ao estudante o direito de

aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior, desde que seu conteúdo seja analisado pelo coordenador do curso e professores da área das disciplinas e aprovado pelo Colegiado do Curso. Poderá ser aproveitado no máximo 20% (vinte por cento) do total das disciplinas.”

Para o aproveitamento de disciplinas de nível médio (técnico) seguirá o mesmo padrão, ou seja, até 20% (vinte por cento) do total de disciplinas do referido módulo (semestre). As disciplinas devem ter sido cursadas nos últimos 5 (cinco) anos.

19. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

Os quadros abaixo descrevem, respectivamente, o pessoal docente e técnico-administrativo, necessários ao funcionamento do curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso.

Descrição (docentes)	Qtde.
Formação Geral e Parte Diversificada	
Professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa	01
Professor com licenciatura em Pedagogia	01
Professor com graduação na área de Informática	01
Professor com graduação na área de Psicologia	01
Professor com graduação em Administração	01
Professor com graduação em Matemática	01
Professor com graduação em Direito	01
Professor com graduação em Meio ambiente	01
Professor com graduação em Engenharia (civil, ou Mecânica ou Agrícola)	01
Formação Profissional	
Professor com graduação em Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho	03
Professor com graduação em Enfermagem do trabalho	01
TOTAL	13

Tabela 3: Descrição dos docentes

Descrição (apoio administrativo)	Qtde.
Pedagogo	3
Assistentes de aluno	2
Secretário Registros Acadêmicos	1
Auxiliares de Secretaria	4
Psicólogo	1
Assistente Social	1
Orientador Educacional	1
Auxiliar de enfermagem	2
Assistência ao educando	4
Bibliotecário	2
Auxiliares de Biblioteca	4
Coordenador do curso	1
Diretor de Desenvolvimento Educacional	1
Coordenador Geral de Ensino	1
Técnicos Administrativos Ensino, Pesquisa e Extensão	4

Tabela 4: Descrição apoio administrativo

Além disso, é necessária a existência de um professor Coordenador de Curso, com graduação na área de qualquer Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, desde que possua Especialização em Segurança do Trabalho, responsável pela gestão administrativa e pedagógica, encaminhamentos e acompanhamento do Curso.

19.1 Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente

O Colegiado de Curso é órgão primário normativo, deliberativo, executivo e consultivo, com composição, competências e funcionamento previstas na Resolução 033/2014, do IFSULDEMINAS. Colegiado do Curso será constituído de:

- I. Coordenador de curso;
- II. Dois representantes titulares técnico-administrativos em Educação, eleitos por

seus pares, inclusive seus suplentes;

III. Dois representantes docentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.

IV. Dois representantes discentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.

As reuniões do colegiado de curso devem acontecer semestralmente, com a presença do setor pedagógico, ou sempre que se fizer necessário, atendendo ao pedido de pelo menos 50% de seus membros.

De acordo com a Resolução 073/2015, são funções dos colegiados de curso:

- Emitir parecer sobre a extinção ou implantação de cursos
- Propor currículos de cursos e suas possíveis alterações, com acompanhamento do setor pedagógico;
- Validar, com o apoio da supervisão pedagógica, alteração no critério de avaliação do docente.
- Analisar aprovação do coordenador para aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior.
- Analisar a admissão de dependência orientada para alunos reprovados.

19.2 Atuação do(a) coordenador(a)

Conforme a Resolução 33/2014 IFSULDEMINAS, compete ao Coordenador de Curso:

- ✓ Determinar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as datas das reuniões ordinárias do Colegiado a serem realizadas;
- ✓ Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, ou a requerimento dos membros do Colegiado, considerando a maioria simples;
- ✓ Presidir as reuniões do Colegiado e nelas manter a ordem;
- ✓ Fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à aprovação;
- ✓ Dar conhecimento ao Colegiado de toda matéria recebida;

- ✓ Designar relator que não poderá ser autor da proposição, mediante rodízio, e distribuir-lhe a matéria sobre a qual deverá emitir parecer;
- ✓ Sem observância de rodízio, poderá ser designado relator um dos membros que possuir notórios conhecimentos especializados na matéria em estudo.
- ✓ Conceder a palavra aos membros do Colegiado que a solicitarem;
- ✓ Interromper o orador que estiver falando sobre o vencido ou assunto fora da pauta;
- ✓ Submeter à votação as matérias sujeitas ao Colegiado e proclamar o resultado da eleição;
- ✓ Conceder vista dos processos aos membros do colegiado que a solicitarem, nos termos deste Regimento;
- ✓ Assinar os pareceres e convidar os demais membros do Colegiado a fazê-lo;
- ✓ Enviar ao Colegiado Acadêmico do Campus (CADEM) toda matéria destinada ao plenário;
- ✓ Ser o intermediário entre o Colegiado de Curso e o CADEM;
- ✓ Assinar o expediente relativo a pedido de informações formuladas pelos relatores ou pelo Colegiado.
- ✓ Acompanhar a execução do currículo, avaliando, controlando e verificando as relações entre as diversas disciplinas, orientando e propondo a outros órgãos de Coordenação de ensino, as medidas cabíveis;
- ✓ Participar junto à Coordenação Geral de Ensino Técnico e Chefia de Departamento, sobre a elaboração da programação acadêmica, do calendário acadêmico e do horário das aulas; compatibilizando-os com a lista de oferta de disciplinas;
- ✓ Assessorar os órgãos competentes em assuntos de administração acadêmica, referente ao Curso; acompanhar a matrícula dos estudantes de seu curso, em colaboração com o órgão responsável pela matrícula;
- ✓ Assessorar a Coordenação Geral de Ensino Técnico ou órgão equivalente no processo de transferências, dispensa de disciplinas, elaboração e revisão de programas analíticos, alterações na matriz curricular, presidir o Colegiado de Curso, dentre outras.

- ✓ Assessorar os professores, na execução das diretrizes e normas emitidas pelo Colegiado de Curso;
- ✓ Coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, bem como sua atualização, garantindo o envolvimento dos professores, estudantes, egressos do curso e, ainda, das entidades ligadas às atividades profissionais;
- ✓ Apresentar sugestões à Coordenação Geral de Ensino Técnico e Chefia de Departamento sobre assuntos de sua natureza que tenham por finalidade a melhoria do ensino, das relações entre comunidades envolvidas, do aprimoramento das normas pertinentes e outras de interesse comum.

20. INFRAESTRUTURA

De acordo com as orientações contidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a instituição ofertante, deverá cumprir um conjunto de exigências que são necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação profissional com vistas a atingir um padrão mínimo de qualidade. A seguir apresentam-se a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho na modalidade presencial.

20.1 Salas de aulas

Uma sala de aula, por turma, com 50 carteiras universitárias, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas, microfones, lousa e internet wireless.

20.2 Biblioteca

Com a transformação da Escola Agrotécnica Federal de Machado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul do Minas Gerais – Campus Machado, e sua expansão, surgiu a necessidade de ampliação da biblioteca, então denominada Biblioteca Rui Barbosa. Após 1 (um) ano de construção do prédio próprio, em 18 de maio de 2009 foi

inaugurada a nova biblioteca do instituto, que em homenagem a um ex-diretor, recebe o nome de Biblioteca “Rêmulo Paulino da Costa”.

Assim, a Biblioteca Rêmulo Paulino da Costa, na sua função de centro de disseminação seletiva da informação, lazer e incentivo à leitura, proporciona à comunidade escolar um espaço dinâmico de convivência, auxiliando nas pesquisas e trabalhos acadêmicos.

A Biblioteca Rêmulo Paulino da Costa, pela atual estrutura administrativa do IFSULDEMINAS – Campus Machado está subordinada a Coordenadoria Geral de Ensino.

O Acervo da Biblioteca Rêmulo Paulino da Costa é constituído por livros, periódicos e materiais audiovisuais, disponível para empréstimo domiciliar e consulta interna para usuários cadastrados. O acervo está classificado pela CDD (Classificação decimal de Dewey) e AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano).

O acervo encontra-se em plena expansão com grande investimento em livros, revistas, computadores com acesso a Internet, com possibilidades dos discentes acessarem a rede mundial através de seus computadores portáteis com rede sem fio.

A biblioteca é informatizada através do software Gnuteca e oferece possibilidade de consultas on-line ao acervo bem como à disponibilidade do material para empréstimo e/ou consulta local. As pesquisas apresentam os títulos dos livros e materiais disponíveis bem como suas informações detalhadas: autores, ano de publicação, classificação, edição, assuntos abordados e quantidade.

20.3 Laboratórios específicos

20.3.1 Informática

Os laboratórios de informática e outros meios implantados de acesso à informática, como por exemplo, a Biblioteca do Campus, atendem, de maneira excelente, os alunos do curso Técnico em Segurança do Trabalho considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.

O IFSULDEMINAS – Campus Machado possui diversos laboratórios de informática equipados com máquinas capazes de dar total suporte ao curso.

20.3.2 Biotecnologia

O IFSULDEMINAS – Campus Machado possui laboratório de biotecnologia equipado com equipamentos, máquinas e procedimentos capazes de dar total suporte ao curso.

20.3.3 Segurança e Medicina do Trabalho

O Câmpus Machado, possui laboratório de segurança e medicina do trabalho, com aproximadamente 80 m², destinados as aulas práticas do curso. Objetivando associar a teoria ministrada com a prática.

Relação de equipamentos:

Equipamento	Marca/Modelo	Qtde.
Aparelhos		
Decibelímetro digital portátil		07
Medidor de stress térmico digital portátil	Instrutherm	11
Dosímetro de ruído digital portátil	Instrutherm	11
Calibrador acústico para calibração	Instrutherm	01
Decibelímetro digital portátil	Instrutherm	01
Luxímetro digital	Instrutherm	01
Detector de oxigênio	Instrutherm	02
Detector de oxigênio		01
Bomba digital programável de poeira e gases	Sensidyne/ modelo Gilair 5	02
Calibrador para bombas de amostragem	BIOS	01
Medidor de Stress Térmico Digital função de Anemômetro	Instrutherm	01
Termômetro Infravermelho de Vídeo câmera integrada		01
Detector digital de Amônia		01
Kit para ensaio de vedação em respiradores “FIT TEST”	MSA	01
Respirador motorizado para uso com máscara de solda	ADFLO/3M	01
Detector de Fuga de Gás Halogêneo	Instrutherm	01
Cronômetro Digital Portátil	Instrutherm	03
Primeiros Socorros		
Reanimador pulmonar tipo AMBU		02
Pockt para RCP		03
Kit manequim adulto, corpo inteiro, para treino RCP		01
Kit manequim infantil, corpo inteiro, para treino RCP		02
Kit manequim adulto, tronco, para treino RCP		02
Kit manequim baby, para treino RCP		02
Kit ferimentos		01
Modelo anatômico, órgão ouvido ampliado	ANTM	01
Ataduras		
Talas de imobilização		20
Macas maleável – envelope	Skedco	02
Maca rígida – polímero + kit bachal		02
Colares de imobilização cervical		08
Espaço Confinado		
Equipamento de respiração autônoma	MSA	01
Equipamento autônomo de Fuga		01
Tripé para resgate em altura/espaco confinados	US	02
Detector de 4 Gases Portátil + Kit espaço confinado	Instrutherm	01
Explosímetro Digital Portátil	Instrutherm	01

Trabalho em Altura		
Mosquetão Pêra aramido paddle 22KN	Kong	15
Mosquetão Aço Trava Automática Pera 45KN	ROCK EMPIRE	10
Mosquetão aço trava rosca oval 30 KN	Keylock	10
Mosquetão alumínio HMS 24KN	Kong	10
Freio Oito Alumínio C/ orelha 40KN	KONG	10
Freio oito de aço inox	K2	10
Cinto de segurança para alpinismo, modelo cadeirinha	Beal	05
Cinto de segurança alpinismo	Carbografite	05
Ascesor de punho direito/esquerdo blocante		03
Descensores modelo classdescensor		03
Polia Oscilante 30KN Alumínio	Kong	03
Polia Oscilante pequena	Beal	03
Polia dupla oscilante 30KN	BC	03
Polia Dupla em Linha 22 Kn	BC	03
Capacete para rapel laranja tipo montana		05
Capacete alpinismo preto (tipo kong magic)	Montana	05
Trava queda para linha flexível		03
Trava quedas guiado em linha rígida		03
Cordas estáticas e dinâmicas	Diversas	400 mts
Anel de fita para ancoragem		30
Combate a Sinistros		
Unidades extintoras	Água, CO ₂ , PQS e ABC	30
Lanterna de 2 milhões de velas		07
Queimador pinga fogo	Guarani	02
Bomba costal anti-incêndio	Guarani	02
Roupas de combate à incêndio – conjunto calça e blusão		6
Roupas de combate à incêndio – capa 7/8		4
Botas de combate à incêndio - pares		10
Capacete de combate à incêndio		10
Luvas de combate à incêndio - pares		10
Balaclava		10
Abafadores de incêndio		10
Cone de sinalização em PVC regido	LA	20
Bomba de recalque 5 cv	DANCOR	02
Mangueiras de incêndio 1 ½ polegadas		08
Mangueiras de incêndio 2 ½ polegadas		04
Chave de conexão stors		10
Esguicho regulável 1 ½		04
Esguicho regulável 2 ½		04
Derivante em Y		02
Luvas em vaqueta de couro		50 pares
Suporte		
Microfone sem fio de mão duplo com receptor	LOUD	01
Tablet 10.1, dual core 1.0ghz	MOTOROLA	01
Notebook inspiron 14r 3450	DELL	02
Computador de mesa		02
Projeter multimídia 3200 lumens	EPSON	01
O laboratório consta ainda, de mesas, balcões, armários, pia, ventiladores, etc.		
Diversos EPC's e EPI's – Equipamento de proteção coletiva e individual (roupas de proteção, capacete, proteção auricular, cremes de proteção, óculos, botinas, luvas, respiradores, etc.).		

Tabela 5: Descrição dos equipamentos

21. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização dos componentes curriculares do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma Subsequente, na modalidade presencial, e da realização da correspondente prática profissional, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho.

O diploma de técnico será acompanhado do respectivo histórico escolar.

A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme o cerimonial dos campi, com data prevista no Calendário Escolar.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS - CASOS OMISSOS

Os casos não previstos por este Projeto Pedagógico, e que não se apresente explícito nas normas e decisões vigentes no Campus até a presente data, serão resolvidos em reunião ordinária ou extraordinária do corpo docente, juntamente com a Coordenação Geral de Ensino.

23. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____. Decreto nº. 5.154, de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena'.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

_____. Lei nº 12.711, de 2 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. Lei nº 6202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 2005. Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

_____. Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dez. 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

_____. Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012. Define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Parecer MEC/SEESP/DPEE. nº 14/2009. Dispõe sobre a Terminalidade Específica.

_____. Portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos nº 39 a 42 da Lei nº 9.394/96 e no Decreto nº 2.208/97 e dá outras providências.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01, de 30 de maio de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Resolução CNE/CEB nº 02 de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Resolução CNE/CEB nº 06 de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de Janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino

Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2/2012, de 15 de Junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

_____. Resolução nº 009/2014, de 13 de Março de 2014. Dispõe sobre a aprovação da alteração da Resolução 057/2011 que trata da Instrução Normativa para a abertura de novos Cursos nos campus do IFSULDEMINAS.

_____. Resolução nº 02/2001, de 14 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

_____. Resolução nº 064/2016, de 14 de setembro de 2016. Dispõe sobre as Normas para oferta de Carga Horária Semipresencial em Cursos Presenciais do IFSULDEMINAS.

_____. Resolução nº 073/2015, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.

_____. Resolução nº 101/2013, de 16 de Dezembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS.

_____. Resolução nº 102/2013, de 16 de Dezembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Parecer CNE/CEB nº. 11/2008. Trata da proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília/DF: 2008.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Administração, do Instituto Federal do Sul de Minas. Machado: IFSULDEMINAS, Campus Machado, 2017.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Administração, do Instituto Federal do Sul de Minas. Três Corações: IFSULDEMINAS, Campus Avançado de Três Corações, 2018.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Natal: IFRN, 2011.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Rio Pomba – IFSUDESTE-MG. Rio Pomba – MG. 2013.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Segurança do Trabalho do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo – SP. 2018.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS. 20103.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Segurança do Trabalho do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2012.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IFRS, 2010.

_____. Projeto político-pedagógico Técnico em Segurança do Trabalho do IFSULDEMINAS. Machado, 2009.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília/DF: 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CEB nº 36/2004. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

FRIGOTTO, G. Ensino Médio e Técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. São Paulo, Jornal Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 6, nº 68, março de 2013, p.28-29.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. Resolução nº 059/2010, de 18 de agosto de 2010. Dispõe sobre a aprovação da normatização para estágios.

MEC/SETEC. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Disponível em www.mec.gov.br (Acesso em 18/09/2018). Brasília/DF: 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Catálogo Nacional dos cursos técnicos. Edição 2012.

MINISTÉRIO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Orientação Normativa Nº 7, de 30 de

outubro de 2008. Estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.